



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 198 TERÇA-FEIRA, 8 DE DEZEMBRO DE 2015



BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
- 2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
- 3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
- 4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 220ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 7 DE DEZEMBRO DE 2015	5
1.1 – ABERTURA.....	5
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	5
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	
1.2.1.1 – Recurso	
Nº 10/2015, interposto no prazo regimental, para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 262/2008.....	6
1.2.1.2 – Abertura de prazo	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 262/2008.....	7
1.2.1.3 – Avisos de Ministros de Estado	
Nº 235/2015, na origem, do Ministro de Estado dos Transportes, em resposta ao Requerimento nº 1.156/2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima	7
Nº 307/2015, na origem, do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em resposta ao Requerimento nº 642/2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado	7
Nº 1.545/2015, na origem, do Ministro de Estado do Meio Ambiente, em resposta ao Requerimento nº 621/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.....	7
1.2.1.4 – Término de prazos	
Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei da Câmara nº 113/2012; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 138/2012; 417/2013; 353, 515 e 682/2015.	7
Término do prazo, em 6 do corrente, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 675/2015. <i>Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria.</i>	7
1.2.1.5 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados	
Projeto de Lei da Câmara nº 196/2015 (nº 331/2007, na Câmara dos Deputados), que <i>institui no âmbito da administração pública federal a Semana da Consciência Negra, a ser realizada, anualmente, no mês de novembro, na semana em que recar o dia 20 de novembro, Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, data que lembra o dia em que foi assassinado, em 1695, o líder Zumbi do Quilombo dos Palmares, um dos principais símbolos da resistência negra à escravidão</i>	8
Projeto de Lei da Câmara nº 197/2015 (nº 1.446/2011, na Câmara dos Deputados), que <i>altera a Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980</i>	10
Projeto de Lei da Câmara nº 198/2015 (nº 3.616/2012, na Câmara dos Deputados), que <i>altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências, para incluir o art. 60-A, com o objetivo de dispor sobre a gratuidade na baixa de empresas que não apresentem qualquer atividade por, no mínimo, três anos</i>	12
Projeto de Lei da Câmara nº 199/2015 (nº 6.788/2013, na Câmara dos Deputados), que <i>regula a fabricação, a importação, a exportação, a comercialização, o armazenamento, o tráfego, a posse e a utilização de armas e munições que permitam o disparo de balas de borracha</i>	14
Projeto de Lei da Câmara nº 200/2015 (nº 664/2015, na Câmara dos Deputados), que <i>regulamenta a profissão de corretor de moda</i>	16
Projeto de Lei da Câmara nº 201/2015 (nº 2.517/1996, na Câmara dos Deputados), que <i>altera o art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT</i>	17
Projeto de Lei da Câmara nº 202/2015 (nº 2.805/2008, na Câmara dos Deputados) que <i>dispõe sobre a publicidade das informações relativas aos fundos que especifica</i>	19
Projeto de Lei da Câmara nº 203/2015 (nº 3.778/2012, na Câmara dos Deputados) que <i>dispõe sobre as embalagens destinadas ao acondicionamento de produtos hortícolas in natura</i>	20

Projeto de Lei da Câmara nº 204/2015 (nº 1.700/2015, na Câmara dos Deputados) que altera e revoga dispositivos da Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964, que regula a profissão de corretor de seguros.....	23
Substitutivo da Câmara nº 23/2015 ao Projeto de Lei do Senado nº 344/2003 (nº 4.050/2004, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Tião Viana, que dispõe sobre a obrigatoriedade de equipar com desfibriladores cardíacos os locais e os veículos que especifica.....	26
Substitutivo da Câmara nº 24/2015 ao Projeto de Lei do Senado nº 430/2011 (nº 3.672/2012, na Câmara dos Deputados), de autoria da Senadora Ana Amélia, que altera a Lei nº 9.991, de 24 de dezembro de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética.....	28
1.2.1.6 – Relatório	
Nº 18/2015, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de Avaliação de Políticas Públicas sobre o programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica com apresentação de proposição e recomendações; autuação da proposição como Projeto de Lei do Senado nº 770/2015 ; e abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, à referida matéria (Memorando nº 92/2015) (vide item 2.1).....	35
1.2.1.7 – Mensagens da Presidente da República	
Nº 528/2015, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 2/2015-CN, sancionado e transformado na Lei nº 13.200/2015.....	41
Nº 529/2015, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 32/2015-CN, sancionado e transformado na Lei nº 13.201/2015.....	42
1.2.2 – Oradores	
SENADORA ANA AMÉLIA – Preocupação com os entraves burocráticos ao fortalecimento das relações comerciais entre o Brasil e a Argentina; e outros assuntos.....	43
SENADOR PAULO PAIM – Comentários sobre a crise política do País e defesa da suspensão do recesso parlamentar a fim de se votar o processo de impedimento da Presidente da República; e outros assuntos.....	47
SENADORA GLEISI HOFFMANN, como Líder – Desconstrução dos argumentos jurídicos utilizados na admissão do pedido de impedimento da Presidente da República.....	55
SENADOR TELMÁRIO MOTA – Críticas ao Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.....	62
SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Inconformismo com a decisão do Presidente da Câmara dos Deputados de acomlhimento do pedido de <i>impeachment</i> da Presidente Dilma Rousseff.....	64
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Análise da crise político-econômica por que passa o País e das possíveis repercussões do <i>impeachment</i> da Presidente Dilma Rousseff.....	67
SENADOR ROMERO JUCÁ – Alegria pela realização de eleições democráticas na República Bolivariana da Venezuela.....	71
SENADOR RAIMUNDO LIRA – Homenagem ao cantor e compositor paraibano Geraldo Vandré; e outro assunto.....	72
1.3 – ENCERRAMENTO	73
2 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO	
2.1 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE	
Relatório nº 18/2015	
<u>SENADO FEDERAL</u>	
3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	74
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	77
5 – LIDERANÇAS	78
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	80
7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	98
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	110
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	158
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
10 – COMISSÕES MISTAS	181
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	195

Ata da 220ª Sessão, Não Deliberativa, em 7 de Dezembro de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Elmano Férrer e Paulo Paim, da Srª Gleisi Hoffmann, e dos Srs. Telmário Mota e José Pimentel.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 14 minutos e encerra-se às 17 horas e 29 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

RECURSO



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

RECURSO N° 10 DE 2015

Senhor Presidente,

Nos termos dos parágrafos 3º e 4º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, solicitamos que o Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2008, que “Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro 2005, para autorizar o INSS e os Municípios, no âmbito da sistemática do parcelamento de débitos previdenciários dos municípios, modificar a forma de corrigir monetariamente o montante das dívidas dos Municípios”, seja submetido ao Plenário desta Casa.

Sala das Sessões em 12 de novembro de 2015

SENADOR JOSÉ PIMENTEL

Caro H. Brown

July 11, 1936 (1936)

DeGraff See 14

Sept 19, 93

Patent Law

$$\int_{\mathbb{R}^d} \int_{\mathbb{R}^d} \delta(x-y) \phi(x) \phi(y) \, dx \, dy = \int_{\mathbb{R}^d} \phi(x)^2 \, dx = \|\phi\|_{L^2(\mathbb{R}^d)}^2.$$

— *W. C. S. —*

Heath's Co. 6

Wheat fields

ACIR

Terminario

Sérgio Almeida Lopes - Mat. 26584-3
SST/SF-SSM

Recebido em 03/12/2011
Hora 13:45

SF/15661.26975-69

ମେଲିମାର୍ଗ/୨୩୬୧.୨୯୬୧/୩-୬

Página: 1/1 30/11/2015 17:24:10

ea59c48c81d51a47443834c3209681140bda3d83



ABERTURA DE PRAZOS

Recebido o **Recurso nº 10, de 2015**, interposto no prazo regimental, no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2008.

A matéria ficará sobre a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "c", do Regimento Interno.

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

– **Aviso nº 235, de 2 de dezembro de 2015**, Ministro de Estado dos Transportes, em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.156, de 2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima;

– **Ofício nº 307, de 2 de dezembro de 2015**, do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em resposta ao Requerimento de Informações nº 642, de 2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado;

– **Ofício nº 1.545/2015, de 3 de dezembro de 2015**, do Ministro de Estado do Meio Ambiente, em resposta ao Requerimento de Informações nº 621, de 2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

TÉRMINO DE PRAZOS

Encerrou-se no dia 4 de dezembro o prazo fixado no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, no sentido da apreciação pelo Plenário do **Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2012**; e dos **Projetos de Lei do Senado nºs 138, de 2012; 417, de 2013; 353, 515 e 682, de 2015**.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, o Projeto de Lei da Câmara vai à sanção; e os Projetos de Lei do Senado vão à Câmara dos Deputados.

Com referência ao Projeto de Lei da Câmara será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Encerrou-se em 06 de dezembro do corrente o prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, para edição de decreto legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da **Medida Provisória nº 675, de 2015**, convertida no **Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2015**, sancionado na Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015 (DOU 07/10/2015). Não foi apresentado projeto de decreto legislativo.

Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A matéria vai ao Arquivo.

MATÉRIAS RECEBIDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 196, DE 2015

(Nº 331/2007 NA CASA DE ORIGEM)

Institui no âmbito da administração pública federal a Semana da Consciência Negra, a ser realizada, anualmente, no mês de novembro, na semana em que recair o dia 20 de novembro, Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, data que lembra o dia em que foi assassinado, em 1695, o líder Zumbi do Quilombo dos Palmares, um dos principais símbolos da resistência negra à escravidão.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica incluída no calendário da administração pública federal a Semana da Consciência Negra a realizar-se todos os anos na semana em que recair o dia 20 de novembro, Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, instituído pela Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011, data que lembra o dia em que foi assassinado, em 1695, o líder Zumbi do Quilombo dos Palmares, um dos principais símbolos da resistência negra à escravidão.

Art. 2º A referida semana será dedicada ao desenvolvimento de ações

educativas acerca da situação socioeconômica da população negra em nossa sociedade e de valorização da História e Cultura Afro-Brasileira.

Art. 3º As ações governamentais poderão ser realizadas diretamente pelos órgãos competentes da administração pública ou mediante convênio a ser firmado com organizações não governamentais do Movimento Negro, do Movimento Sindical e/ou Movimento Social.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=440165&filename=PL+331/2007

ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA,
E DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 197, DE 2015

(Nº 1.446/2011 NA CASA DE ORIGEM)

Altera a Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A alínea c do art. 1º da Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º**

.....

c) aos licenciados em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, com licenciatura plena obtida em estabelecimento de ensino superior oficial e reconhecido;

.....” (NR)

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“**Art. 2º**

Parágrafo único. A competência disposta no inciso II é exclusiva do profissional de que trata o art. 1º desta Lei.” (NR)

Art. 3º Os sistemas de ensino terão prazo de cinco anos, para se adequarem ao disposto nesta Lei, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra;?codteor=877335&filename=PL+1446/2011

ÀS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E
ESPORTE; E DE ASSUNTOS SOCIAIS.



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 198, DE 2015

(Nº 3.616/2012 NA CASA DE ORIGEM)

Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências, para incluir o art. 60-A, com o objetivo de dispor sobre a gratuidade na baixa de empresas que não apresentem qualquer atividade por, no mínimo, três anos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 60-A:

“Art. 60-A. A microempresa ou a empresa de pequeno porte, que sejam constituídas sob a forma de sociedade empresária ou simples, ou o empresário, que comprovadamente não apresente qualquer arquivamento ou qualquer atividade operacional por, no mínimo, três anos, terá, de ofício, seu registro automaticamente baixado e cancelado pelo oficial do Registro de Empresas Mercantis ou do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, sem incidência

de qualquer ônus.

Parágrafo único. A microempresa, a empresa de pequeno porte ou o empresário referidos no caput deste artigo também terá cancelada a respectiva inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, e o seu cancelamento será executado, de ofício e igualmente sem ônus, pela Receita Federal do Brasil.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

PROJETO DE LEI ORIGINAL

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=977139&filename=PL+3616/2012

À COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS.



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 199, DE 2015

(Nº 6.788/2013 NA CASA DE ORIGEM)

Regula a fabricação, a importação, a exportação, a comercialização, o armazenamento, o tráfego, a posse e a utilização de armas e munições que permitam o disparo de balas de borracha.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A fabricação, a importação, a exportação, a comercialização, o armazenamento, o tráfego e a posse de armas e munições que permitam o disparo de balas de borracha ficam regulados pelo Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000 – Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105).

Art. 2º O disparo de balas de borracha em operações de policiamento de manutenção da ordem pública exigirá a satisfação dos seguintes requisitos:

I – pessoal especialmente treinado no manejo das armas e na realização do disparo;

II – aplicação da doutrina do uso progressivo da força;

III – criteriosa avaliação dos bens jurídicos ameaçados, considerando os

princípios da legalidade, moderação, necessidade, proporcionalidade, oportunidade e conveniência;

IV – encaminhamento, logo após a operação, pela autoridade que determinou o disparo das balas de borracha à autoridade imediatamente superior de relatório discriminando as circunstâncias que fundamentaram sua decisão.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1195748&filename=PL+6788/2013

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA.



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 200, DE 2015

(Nº 664/2015, NA CASA DE ORIGEM)

Regulamenta a profissão de corretor de moda.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O exercício da profissão de corretor de moda regula-se por esta Lei.

Art. 2º O corretor de moda terá que comprovar os seguintes requisitos, cumulativamente, para o exercício da profissão:

I – possuir diploma de conclusão do ensino médio;

II – possuir diploma de conclusão de curso específico para formação de corretor de moda.

Parágrafo único. O exercício da profissão é assegurado às pessoas que, independentemente do disposto nos incisos I e II, comprovarem o exercício efetivo como corretor de moda no período de até um ano antes da publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1308002&filename=PL+664/2015



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 201, DE 2015

(Nº 2.517/1996 NA CASA DE ORIGEM)

Altera o art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIV-A:

“Art. 10.

.....

XIV-A – 1% (um por cento) da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal, deduzindo-se este valor do montante destinado aos prêmios;

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL

<http://imagem.camara.gov.br/Imagen/d/pdf/DCD03DEZ1996.pdf#page=153>

ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E
DE ASSUNTOS ECONÔMICOS



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 202, DE 2015

(Nº 2.805/2008 NA CASA DE ORIGEM)

Dispõe sobre a publicidade das informações relativas aos fundos que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Poder Executivo manterá atualizadas e disponíveis para consulta pública, pela rede mundial de computadores, todas as informações relativas à gestão dos recursos:

I – do Fundo Partidário;

II – do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT;

III – do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

IV – do Fundo Nacional de Saúde – FNS;

V – dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

PROJETO DE LEI ORIGINAL

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=537999&filename=PL+2805/2008

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 203, DE 2015

(Nº 3.778/2012 NA CASA DE ORIGEM)

Dispõe sobre as embalagens destinadas ao acondicionamento de produtos hortícolas in natura.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as características das embalagens destinadas ao acondicionamento de produtos hortícolas in natura.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entende-se por produtos hortícolas as frutas e as hortaliças in natura, não processadas e colocadas à disposição para comercialização.

Art. 2º As embalagens destinadas ao acondicionamento e à comercialização de produtos hortícolas in natura devem permitir a utilização de cargas, ou agrupamento de produtos em unidades de manuseio adequadas, permitindo a proteção dos produtos durante a colheita, transporte, armazenamento, distribuição e exposição deles, além de atender, sem prejuízo das exigências dispostas nas demais legislações específicas, aos seguintes requisitos:

I – podem ser descartáveis ou retornáveis, sendo que as retornáveis devem ser resistentes ao manuseio a que se destinam, às operações de higienização e não se devem constituir em veículos de contaminação;

II – as retornáveis devem ser mantidas íntegras e higienizadas a cada uso, devendo ser apresentado, quando solicitado, o respectivo laudo de higienização;

III – as dimensões externas devem permitir empilhamento em palete (pallet) com medidas de um metro por um metro e vinte centímetros;

IV – devem estar de acordo com as disposições específicas referentes às boas práticas de fabricação, ao uso apropriado e às normas higiênico-sanitárias relativas a alimentos;

V – as informações obrigatórias de marcação ou rotulagem referentes às indicações quantitativas, qualitativas e a outras exigidas para o produto devem estar de acordo com as legislações específicas estabelecidas pelos órgãos oficiais envolvidos.

Art. 3º O fabricante ou o fornecedor de embalagens de produtos hortícolas deve estar identificado nelas, constando, no mínimo, a sua razão social, o número do CNPJ, a data de fabricação, o endereço e o peso da embalagem.

Parágrafo único. É de inteira responsabilidade do fabricante informar as condições apropriadas de uso, tais como o peso máximo e o empilhamento suportável, as condições de manuseio, bem como se as embalagens são retornáveis ou descartáveis.

Art. 4º O cumprimento do disposto nesta Lei, no que diz respeito à verificação das informações relativas à classificação do produto, constantes dos rótulos das embalagens, é de atribuição do órgão técnico executivo competente.

§ 1º As ações referidas neste artigo serão exercidas de forma não cumulativa e baseadas na legislação específica de cada órgão oficial envolvido, observadas as respectivas áreas de competência.

§ 2º Os órgãos oficiais envolvidos poderão delegar as ações referidas nesta Lei aos órgãos estaduais e municipais, com base na legislação vigente.

§ 3º Para contribuir com o atendimento dessa legislação e dar apoio aos órgãos de fiscalização competentes, os entrepostos públicos de hortigranjeiros poderão disponibilizar espaços físicos destinados ao exercício do controle fitossanitário das embalagens que adentram em seu perímetro.

Art. 5º Os casos omissos, em benefício ao cumprimento desta Lei, serão resolvidos pelos órgãos oficiais envolvidos, observadas as respectivas áreas de competência.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

PROJETO DE LEI ORIGINAL

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra;jsessionid=F530FC5FD421EA0FF87DA090DE4B85D3.proposicoesWeb1?codteor=986652&filename=PL+3778/2012

ÀS COMISSÕES DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; E DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA.



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 204, DE 2015

(Nº 1.700/2015, NA CASA DE ORIGEM)

Altera e revoga dispositivos da Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964, que regula a profissão de corretor de seguros.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 7º e 10 da Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º A identidade profissional de corretores de seguros, de corretores de seguros de vida, de capitalização, de previdência complementar aberta e de microsseguros, pessoas naturais, e a autorização para funcionamento, pessoas jurídicas, terão caráter obrigatório e serão emitidas em cartão inteligente (smart card), ou similar, e expedidas pelo órgão fiscalizador de seguros, imediatamente após a concessão do respectivo registro.

§ 1º A identidade profissional, pessoa natural, emitida pelo órgão fiscalizador de seguros terá fé pública, válida em todo o território nacional, e prazo de validade de, no mínimo, três anos.

§ 2º Deverão ser expedidos novos documentos de identidade profissional, pessoa natural, e de autorização para funcionamento,

pessoa jurídica, em recadastramento periódico de corretores de seguros, de corretores de seguros de vida, de capitalização, de previdência privada e de microsseguros, na forma estabelecida pelo órgão regulador de seguros.

§ 3º O órgão fiscalizador de seguros poderá celebrar convênio com entidades autorreguladoras do mercado de corretagem de seguros, para consecução do disposto neste artigo, na forma da alínea l do art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

§ 4º Ficam vedadas outras formas de comprovação de registro de corretores pelo órgão fiscalizador de seguros que não sejam a identidade profissional, pessoa natural, e a autorização para funcionamento, pessoa jurídica, previstas no caput deste artigo.” (NR)

“Art. 10. A Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados e de Resseguros, de Capitalização, de Previdência Privada, das Empresas Corretoras de Seguros e de Resseguros e os sindicatos de corretores de seguros, para atendimento às suas atividades estatutárias e finalísticas, manterão registro dos corretores e respectivos prepostos habilitados e registrados na forma desta Lei, cujo arquivo eletrônico completo e respectivo banco de dados deverão ser fornecidos pelo órgão fiscalizador de seguros, ou por quem este autorizar, mediante celebração de convênio, para fins, inclusive, de divulgação em seus sítios eletrônicos, preservadas as informações de caráter sigiloso.

Parágrafo único. (Revogado).” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados o parágrafo único do art. 10 e os arts. 11, 28 e 30 da Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964.

PROJETO DE LEI ORIGINAL

[http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra;jsessionid=9772A0641B5263A432825440539B8ACE.proposicoesWeb1?
codteor=1340289&filename=PL+1700/2015](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra;jsessionid=9772A0641B5263A432825440539B8ACE.proposicoesWeb1?codteor=1340289&filename=PL+1700/2015)

À COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS.



SENADO FEDERAL

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA Nº 23, DE 2015, AO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, DE 2003

(Nº 4.050/2004, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

(do Senador Tião Viana)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de equipar com desfibriladores cardíacos os locais e os veículos que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os desfibriladores cardíacos externos semiautomáticos são equipamentos obrigatórios em:

I - locais com circulação de pessoas igual ou superior a quatro mil por dia, como estações rodoviárias e ferroviárias, portos, aeroportos, centros comerciais, estádios e ginásios esportivos, academias de ginástica, hotéis, templos e outros locais;

II - sedes de eventos de qualquer natureza cuja previsão de concentração ou circulação de pessoas seja igual ou superior a quatro mil por dia;

III - trens, metrôs, aeronaves e embarcações com capacidade igual ou superior a cem passageiros;

IV - ambulâncias e viaturas de resgate, policiais e de bombeiros.

Parágrafo único. É obrigatória a presença de pessoa, com ou sem treinamento clínico, designada e treinada para o uso do desfibrilador e para a realização de outros

procedimentos práticos auxiliares envolvidos na técnica de ressuscitação cardiopulmonar, nos locais previstos neste artigo.

Art. 2º Ao responsável pelo evento, edificação ou meio de transporte descritos no art. 1º caberá disponibilizar:

I - um desfibrilador cardíaco externo semiautomático para cada grupo de quatro mil pessoas, nos casos previstos pelos incisos I e II do art. 1º;

II - um desfibrilador cardíaco externo semiautomático para cada grupo de cem pessoas, nos casos previstos pelo inciso III do art. 1º.

Art. 3º Sem prejuízo de outras sanções penais ou administrativas cabíveis, o descumprimento das disposições previstas nesta Lei sujeita o infrator à interdição do estabelecimento e à suspensão da operação de transporte ou do evento, conforme o caso, até que a situação esteja regularizada.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

PROJETO ORIGINAL APROVADO PELO SENADO FEDERAL E ENCAMINHADO À CÂMARA DOS DEPUTADOS

<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/2373.pdf>

À COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS



SENADO FEDERAL

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA Nº 24, DE 2015, AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2011

(Nº 3.672/2012, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

(da Senadora Ana Amélia)

Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética.

CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, que dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

I - até 31 de dezembro de 2022, os percentuais mínimos definidos no *caput* deste artigo serão de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), tanto para pesquisa e desenvolvimento como para programas de eficiência energética na oferta e no uso final da energia;

.....

III - a partir de 1º de janeiro de 2023, para as concessionárias e permissionárias cuja energia vendida seja inferior a 1.000 GWh por ano, o percentual mínimo a ser aplicado em programas de eficiência energética no uso final poderá ser ampliado de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) para até 0,50% (cinquenta centésimos por cento);

.....

V - as concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica poderão aplicar até 80% (oitenta por cento) dos recursos dos seus programas de eficiência energética para unidades consumidoras beneficiadas pela Tarifa Social, comunidades de baixa renda e para comunidades rurais, na forma do parágrafo único do art. 5º desta Lei.

§ 1º

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica às cooperativas permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica cuja energia vendida, anualmente, seja inferior a 500 GWh.” (NR)

Art. 2º O art. 5º da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º

I - os recursos para eficiência energética previstos no art. 1º deverão ser distribuídos da seguinte forma:

a) 80% (oitenta por cento) aplicados pelas próprias concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, conforme regulamentos estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; e

b) 20% (vinte por cento) a fim de suportar o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL, instituído pela Portaria Interministerial nº 1.877, de 30 de dezembro de 1985, e ratificado pelo Decreto s/nº de 18 de julho de 1991;

.....

Parágrafo único. Os investimentos em eficiência energética previstos no art. 1º desta Lei deverão priorizar produtos e iniciativas da indústria nacional, conforme regulamentação a ser definida pela Aneel." (NR)

Art. 3º A Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 5º-A e 6º-A:

"Art. 5º-A Caberá à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL definir em ato específico o calendário de recolhimento, as multas incidentes, as punições cabíveis para os casos de inadimplência e a forma de pagamento do valor a que se refere a alínea b do inciso I do art. 5º, no prazo máximo de sessenta dias a contar da publicação desta Lei.

§ 1º O repasse anual dos recursos ao Programa Nacional de Conservação de Energia

Elétrica - PROCEL bem como a sua utilização estão condicionados à:

I - apresentação pelo Grupo Coordenador de Conservação de Energia Elétrica - GCCE de plano de aplicação dos recursos referidos na alínea *b* do inciso I do art. 5º desta Lei;

II - aprovação do plano de aplicação de recursos pelo Comitê Gestor referido no art. 6º-A desta Lei, no prazo máximo de sessenta dias de sua apresentação pelo GCCE;

III - apresentação pelo Grupo Coordenador de Conservação de Energia Elétrica - GCCE da prestação de contas dos recursos utilizados no período anterior;

IV - aprovação da prestação de contas tratada no inciso III deste parágrafo pelo Comitê Gestor referido no art. 6º-A desta Lei, no prazo máximo de sessenta dias de sua apresentação pelo GCCE.

§ 2º O plano de investimentos e a prestação de contas previstos no § 1º deverão ser apresentados, anualmente, em audiência pública a ser realizada pela Aneel, de forma a garantir a transparência do processo e a participação da sociedade.

§ 3º O GCCE deve apresentar plano de aplicação de recursos em até noventa dias da publicação desta Lei.

§ 4º Nos anos subsequentes, o plano de aplicação de recursos deverá ser apresentado em até sessenta dias a contar da aprovação da prestação de contas do período anterior.

§ 5º Decorridos os prazos constantes dos §§ 3º e 4º deste artigo, não havendo o GCCE apresentado o referido plano, fica o recurso disponível à aplicação prevista na alínea a do inciso I do art. 5º desta Lei.

§ 6º Os recursos previstos na alínea b do inciso I do art. 5º deverão ser depositados pelas concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica na conta corrente denominada Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL, administrada pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, e fiscalizada pela Aneel."

"Art. 6º-A Será constituído, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, que lhe prestará apoio técnico, administrativo e financeiro, Comitê Gestor de Eficiência Energética com a finalidade de aprovar plano anual de investimentos do Procel, acompanhar a execução das ações e avaliar, anualmente, os resultados alcançados na aplicação dos recursos de que trata a alínea b do inciso I do art. 5º desta Lei.

§ 1º O Comitê Gestor será composto pelos seguintes membros:

I - dois representantes do Ministério de Minas e Energia, que o presidirá;

II - um representante do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação;

III - um representante da Aneel;

IV - um representante das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS;

V - um representante da Confederação Nacional da Indústria - CNI;

VI - um representante da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE;

VII - um representante da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres - ABRACE.

§ 2º Os membros do referido Comitê Gestor terão mandato de dois anos, admitida uma recondução, devendo a primeira investidura ocorrer no prazo máximo de sessenta dias a contar da publicação desta Lei.

§ 3º A participação no Comitê Gestor não será remunerada."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LEGISLAÇÃO CITADA

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9991.htm

PROJETO ORIGINAL APROVADO PELO SENADO FEDERAL E ENCAMINHADO À CÂMARA DOS DEPUTADOS

<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/105641.pdf>

ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA;
E DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA.

RELATÓRIO

Memorando nº 92, de 2015, do Presidente da CMA, que encaminha o **Relatório nº 18, de 2015**, de Avaliação de Políticas Públicas sobre o programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, com recomendações e apresentação do **Projeto de Lei do Senado nº 770, de 2015**.

O Relatório nº 18, de 2015, será publicado em suplemento ao presente diário (**Vide item 2.1**)

São os seguintes o Memorando e o Projeto:



SENADO FEDERAL

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Memo. nº 92/2015/CMA

Brasília, 1º de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: Avaliação da Política Pública de Revitalização do Rio São Francisco

Senhor Presidente,

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou, em 14/04/2015, a avaliação da política pública “Revitalização do Rio São Francisco”, conforme determina o artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Em reunião realizada na data de hoje, foi aprovado o relatório da avaliação da política pública, nos termos do art. 96-B, §3º, do Regimento Interno, concluindo por diversas recomendações, apresentação de projeto de lei, bem como pela notificação de diversos órgãos públicos.

Nestes termos, encaminho o relatório para publicação e para tomada das providências necessárias ao cumprimento das recomendações previstas na sua conclusão (ponto 4).

Respeitosamente,


Senador OTTO ALENCAR

Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 770, DE 2015

(de iniciativa da Comissão da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Consumidor e Fiscalização e Controle)

Acrescenta § 4º à Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para assegurar os recursos arrecadados sejam destinados a obras que tenham por finalidade a melhoria da quantidade e qualidade dos recursos hídricos da bacia hidrográfica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 22.....

.....
§ 4º No caso do inciso I, deverá ser observado o percentual mínimo de aplicação de os recursos em obras que tenham por finalidade a melhoria da quantidade e qualidade dos recursos hídricos da bacia hidrográfica. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

No Brasil, a cobrança pelo uso de recursos hídricos foi proposta pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos.

O art. 22 da lei afirma que os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos

Hídricos; além de no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Tal artigo assegura, ainda, em seu § 1º, que o quantitativo de recursos destinados ao pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos deve se limitar a 7,5% do total arrecadado. Todavia, a lei é silente quanto ao percentual máximo que pode ser aplicado em estudos e no planejamento de programas ou quanto ao percentual mínimo que deve ser destinado a obras concretas, o que tem gerado algumas distorções.

Ainda que a cobrança do usuário tenha sido implementada com relativo sucesso, é preciso que a aplicação desses recursos seja feita de forma mais eficiente, já que um montante demasiadamente significativo é aplicado na elaboração de estudos e atividades de apoio em detrimento da implementação de projetos e ações que efetivamente contribuem para a revitalização e ampliação do volume de águas do rio São Francisco.

Por exemplo, no ano de 2014, conforme o relatório de demonstrações financeiras da AGB Peixe Vivo, associação civil responsável pela prestação de apoio administrativo, técnico e financeiro ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), as despesas de investimentos foram principalmente direcionadas a: i) serviços de planejamento e elaboração de programa de comunicação para o CBHSF (2,4 milhões); ii) elaboração de Planos Municipais de saneamento básico para região do Alto São Francisco (1,5 milhões); e iii) passagens aéreas e terrestres para atendimento a eventos (792 mil).

Já a implementação concreta de projetos e obras recebeu menos aportes financeiros, tendo o maior montante de recursos sido direcionado a: i) execução do projeto hidroambiental na Sub-Bacia do Rio Pajeú - Microbacia do Córrego Onça - em Afogados da Ingazeira/PE (667 mil); ii) execução projeto hidroambiental na sub-bacia do Rio Santo Onofre em Paratinga/BA (657 mil); iii) execução projeto hidroambiental na Bacia do Rio Itapecerica, município de Divinópolis e adjacências/MG (587 mil); e iv) execução projeto de apoio ao Programa de Fiscalização Preventiva Integrada – FPI (544 mil).

No mesmo sentido, o Plano de Aplicação Plurianual – PAP dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio São Francisco, referente ao período de 2013 a 2015, aprovado pela Deliberação CBHSF nº 71, de 28 de novembro de 2012, prevê um gasto total de cerca de 92 milhões de reais, sendo que apenas aproximadamente 45% seriam aplicados na implementação de obras e sistemas hídricos. O restante, cerca de 50 milhões de reais, seriam gastos apenas em estudos, atividades de apoio e de fortalecimento institucional.

Dessa forma, com o intuito de solucionar a deturpação anteriormente destacada – elevado percentual gasto com o planejamento quando comparado aos recursos despendidos com as obras – propomos que seja acrescentado parágrafo ao art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997, com o intuito de assegurar que ao menos 50% dos recursos arrecadados sejam destinados às obras que tenham por finalidade a melhoria da quantidade e qualidade dos recursos hídricos da bacia hidrográfica, ou seja, a toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta, e a toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a bacia do São Francisco, tais como: demolição, conserto,

instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte ou locação de bens.

Assim, pretendemos solidificar em nosso ordenamento jurídico uma medida que confere probidade, transparência e eficiência na aplicação dos recursos advindos da cobrança pelo uso da água na Bacia do Rio São Francisco.

Sala das Sessões,

Senador OTTO ALENCAR

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE O
PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO
FRANCISCO**

<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=170275&tp=1>



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 55ª Reunião, Extraordinária, da CMA

Data: 01 de dezembro de 2015 (terça-feira), às 09h30

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
CMA

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
Jorge Viana (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	2. Regina Sousa (PT)
Reguffe (PDT)	3. Acir Gurgacz (PDT)
Paulo Rocha (PT)	4. Delcídio do Amaral (PT)
Ivo Cassol (PP)	5. Benedito de Lira (PP)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Otto Alencar (PSD)	3. VAGO
VAGO	4. Sandra Braga (PMDB)
VAGO	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
João Capiberibe (PSB)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Blairo Maggi (PR)
Douglas Cintra (PTB)	2. Fernando Collor (PTB)

O Projeto ficará perante a Mesa, durante cinco dias úteis, para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno do Senado Federal.

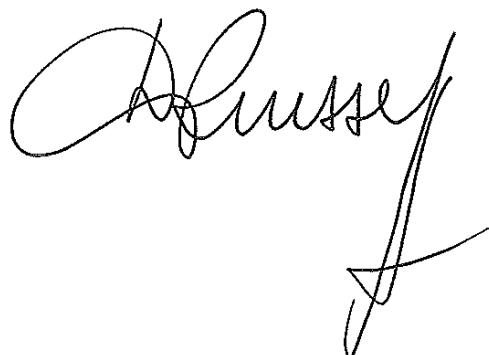
MENSAGENS DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Mensagem nº 528

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial no valor de R\$ 368.258.333,00, para o fim que especifica”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.200, de 4 de dezembro de 2015.

Brasília, 4 de dezembro de 2015.

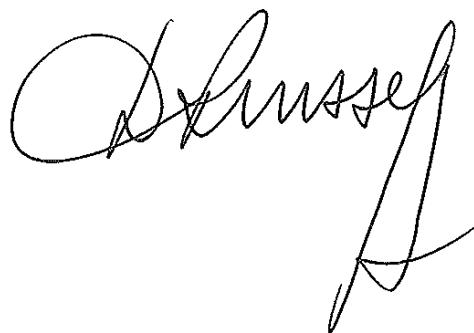


Mensagem nº 529

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 331.755.228,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.201, de 4 de dezembro de 2015.

Brasília, 4 de dezembro de 2015.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Delcídio do Amaral", is positioned here. The signature is fluid and cursive, with a large, stylized 'D' at the beginning.

SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Há oradores inscritos.

Senadora Ana Amélia, por permuta com a Senadora Vanessa Grazziotin, como a primeira oradora inscrita, pelo tempo necessário ao seu pronunciamento.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Paulo Paim, que preside esta sessão, caros Senadores e Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, nós estamos começando, nesta segunda-feira, mais uma semana de turbulências e de tensões que vão exigir de todos nós muita responsabilidade, muita serenidade, muito comprometimento com os interesses da sociedade brasileira.

Não tenho dúvidas de que esta Casa, que já deu uma resposta, há poucos dias, à sociedade brasileira, mantendo uma decisão do Supremo Tribunal Federal, da mesma forma vai se comportar agora, neste momento delicado, embora, no caso específico do processo de *impeachment*, a responsabilidade original e inicial será da Câmara dos Deputados.

Falar da necessidade de fazer uma autoconvocação, já defendida aqui, é uma responsabilidade própria do Congresso Nacional. E, na chamada equipotência de Poderes, nós temos que dar a cada um ou a César o que é de César, para que não haja nenhuma interferência, nem do Judiciário aqui, nem daqui no Judiciário, nem do Executivo aqui, nem daqui no Executivo. Então, o que nós temos que fazer é cumprir os dispositivos constitucionais.

Antes, Senador Paulo Paim, de iniciar a minha reflexão, no início desta nossa sessão, eu quero saudar um casal de amigos vindo lá de Pelotas. Hoje, para esse casal de amigos, é uma data muito especial. Ela é professora numa área muito cara para o senhor. Ela foi professora da Universidade Federal de Pelotas na área de Direito do Trabalho. A Prof^a Myriam Bastos dos Santos e Luís Carlos dos Santos, o esposo, hoje completam 60 anos de casados. Isso é, para este século XXI, de fato, uma data a ser comemorada entre os amigos, entre a família, entre todos os que querem bem a esse casal tão distinto da nossa querida Pelotas. Inclusive, o atual Prefeito de Pelotas, Eduardo Leite, foi aluno da Prof^a Myriam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Jovem Prefeito.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Jovem Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu o conheci.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Imagino que o jovem Prefeito Eduardo Leite tenha sido, pelo menos, um acadêmico com a mesma qualidade acadêmica da nossa querida.

E outro líder pelotense do meu Partido, Érico Ribeiro, fará 80 anos brevemente, com uma festa, no dia 27 de dezembro, se não me engano. O convite chegou e temos que cuidar e comemorar essas datas. Então, a todos os cumprimentos.

Senador Paim, como eu disse, estamos iniciando uma semana de muita turbulência. Passei este final de semana fazendo um roteiro por Santa Maria, Santana do Livramento, Quaraí, encerrando em Uruguaiana. Como o senhor e todos os políticos, costumamos ouvir as vozes das ruas. Nós ouvimos as pessoas simples, as pessoas comuns, as pessoas que têm um cotidiano diferente de um político, diferente de um médico, ou seja, as pessoas comuns que vivem o dia a dia. De todas elas – por exemplo, do frentista do posto, onde sempre entramos para tomar um cafezinho e para abastecer o carro – a pergunta era a mesma: “O *impeachment* vai sair? O *impeachment* vai sair?”

A palavra *impeachment* voltou, Senador Alvaro Dias, a ser usada pelas pessoas. E hoje a Presidente da República voltou a conversar com os jornalistas para dizer que quer uma autoconvocação ou uma convocação extraordinária do Congresso, para que se apresse a análise da peça da representação sobre o *impeachment*, feita por ninguém mais, ninguém menos do que o jurista Hélio Bicudo, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, e pelo ex-Ministro da Justiça Miguel Reale Júnior, também na companhia do constitucionalista e professor Ives Gandra Martins.

Todas as outras representações com requerimento para *impeachment* da Presidente foram arquivadas pelo Presidente Eduardo Cunha. Esta foi acolhida. E foi acolhida evidentemente, porque, nas 3 mil páginas da representação, existem argumentos, na visão dos autores, suficientemente fortes para dar início a um processo dessa natureza, que foi vivido pelo Brasil, nos anos 80, com o agora Senador Fernando Collor. Mas este processo de agora, como aquele, só tem consequência e efeito com o povo na rua. De outra maneira, pode ser uma decisão, como se usa no jargão futebolístico, no tapetão. Então, a participação popular será muito importante nesse processo de análise.

Já se percebem hoje divisões dos partidos políticos, mas nós percebemos, com o que aconteceu também na Venezuela, na eleição deste domingo – felizmente não foi o banho de sangue que ameaçava fazer o Sr. Maduro do alto do seu autoritarismo; o povo, soberanamente, pacificamente, foi lá digitar o nome dos candidatos e a oposição teve uma vitória expressiva na Venezuela –, que a população não suporta escassez, a população

não suporta desemprego, a população não pode conviver com a escassez de alimentos e de produtos básicos, com filas para atendimento na saúde e ela não suporta autoritarismo.

A imprensa foi amordaçada. Os institutos de pesquisa não puderam mais publicar os resultados das pesquisas de opinião. Tudo isso foi amordaçado. O Poder Judiciário, na Venezuela, foi dominado pelo Executivo, contrariando qualquer princípio democrático, qualquer princípio do Estado de direito, a ponto de o Supremo Tribunal brasileiro ter negado um pedido de extradição de um cidadão venezuelano, alegando e justificando, com muita oportunidade e propriedade, que lá não existe democracia, porque o Poder Judiciário não é independente.

Essa é a nossa diferença se nós considerarmos o funcionamento das nossas instituições aqui, do Ministério Público, da Polícia Federal, especialmente do Poder Judiciário e da Suprema Corte de Justiça, porque Ministros que foram, inclusive, indicados pela atual Presidente e pelo Presidente anterior têm sido de uma independência exemplar. A prova disso foi o que aconteceu, na turma liderada pelo Ministro Teori Zavascki, em relação ao episódio Delcídio do Amaral.

Nós temos a grata satisfação de o Brasil estar vivendo em um regime de democracia. É exatamente por isso que eu vou repetir aqui: não sou golpista. Não admito que chamem as pessoas que defendem o *impeachment* ou a discussão do *impeachment* pelo Congresso Nacional, como é o meu caso, de golpistas.

Ora, é bom refrescar a memória dos brasileiros e das brasileiras. Há muito pouco tempo, o PT se encarregou de pedir o *impeachment* de Fernando Henrique Cardoso, recém-saído das urnas. E, mais recentemente, no segundo mandato, na reeleição de Fernando Henrique, Tarso Genro, Ministro da Justiça, escreveu um artigo candente pelo *impeachment* já para Fernando Henrique, que tinha saído das urnas.

Ora, por que o PT podia pedir o *impeachment* e agora quem pede *impeachment* é golpista? Não dá para entender a incoerência de atitudes, a incoerência de comportamento. Mudam de posição como quem muda de camisa. A política não perdoa e não esquece esse tipo de incoerência. Não perdoa.

Nós estamos aqui vivendo essa questão. E nós aqui, no Congresso – no Senado e na Câmara –, vamos decidir, sim, se haverá ou não autoconvocação para examinar a questão do *impeachment*. Faço justiça, porque, na quinta-feira, o Senador Ricardo Ferraço, aqui, na tribuna do Senado, propôs a autoconvocação, que não traria nenhum ônus para a população, porque não há pagamento extraordinário pelo funcionamento do Congresso quando se trata de autoconvocação.

Quando eu falo da Venezuela, também posso falar da Argentina. Está havendo uma reação em cadeia das populações que soberanamente estão indo às urnas para dizer um basta aos governos autoritários, de pensamento único, que querem amordaçar o Judiciário, querem amordaçar o Ministério Público, querem amordaçar a mídia e querem também calar, de certa forma, os oposicionistas e a minoria. É dessa forma que a população está reagindo, como fez na Argentina e agora na Venezuela.

Eu quero dizer também, em relação à Argentina, que nós do Rio Grande do Sul, Senador Paim e Senador Alvaro Dias, temos um vínculo, eu diria, histórico, porque o Rio Grande do Sul faz fronteira com a Argentina e – a maior fronteira com a Argentina está no Rio Grande do Sul – com todo o Uruguai, a fronteira é com o nosso Estado.

Casualmente tive a feliz oportunidade de passar por Livramento e Rivera, que é uma fronteira extraordinária, porque, às vezes, estamos com um pé no Uruguai e com um pé no Brasil. E há uma extraordinária fraternidade ali, naquelas comunidades de Santana do Livramento e de Rivera. É uma coisa maravilhosa. Não há burocracia, até porque é difícil saber a hora em que você está de um lado e a hora em que está do outro. Aliás, um amigo me disse: “É só olhar o asfalto”. O asfalto, no Uruguai, é concreto. No Brasil, é furado, é mal conservado, não tem manutenção, porque é de má qualidade. Mas lá, há séculos – eu diria, dezenas de anos –, aquele asfalto está igual, porque é concreto. O nosso é um asfalto de má qualidade, mas isso é apenas um detalhe.

Ao que eu me refiro é que também cruzei o Rio Quaraí para ir a Artigas, uma das bonitas e acolhedoras cidades da fronteira, como é Rivera também. Entramos e saímos sem nenhum empecilho, sem nenhuma dificuldade. Eu fui apenas mostrar Artigas ao cientista político Luciano Dias. Saímos de lá, num sábado ensolarado. No mesmo dia, Senador Paim, no sábado, eu fui atravessar a ponte de Uruguiana a Paso de los Libres.

Senador, o senhor não acredita: nós voltamos ao passado – e a um passado bem remoto. Para entrarmos na Argentina por Uruguiana, em Paso de los Libres, nós passamos numa aduana e numa polícia federal de imigração. Primeiro, ficamos numa fila para quem não possui uma carteira de fronteiriço. A Argentina fornece essa identidade para os moradores brasileiros de Uruguiana. E o Brasil deveria fornecer a mesma identidade para os moradores de Paso de los Libres. A Argentina está fazendo o dever de casa. E o Brasil? Não. Talvez a burocracia levantada pelos argentinos se justifique pelo fato de que não está havendo, nesse aspecto, reciprocidade.

Vamos convir: quem está sofrendo e pagando o preço dessa burocracia é o cidadão brasileiro ou o argentino que cruza aquela fronteira. Ele fica numa fila e, quando há muito movimento, pode ficar por meia hora,

uma hora, duas horas até, no sol – se houver sol – ou na chuva. Ele entra num guichê, onde é bem atendido – tenho que ser justa – por jovens funcionários do governo argentino, responsáveis por essa área. Recebemos uma papeleta bem simplesinha, mediante a entrega da identidade, em que ele anota o número da identidade e dá um carimbo – não há burocracia que resista a um carimbo. Naquele carimbo, está escrito: “A sua permanência é de 72 horas”. Quando você volta, tem que ir para outra fila, que é a saída da Argentina, e mostrar aquele boleto que você recebeu, aquela folhinha, mas nem sempre você precisa entregá-lo para eles. Você pode ficar com ele em seu poder. Aí você sai da Argentina. Para os argentinos é exigida a mesma burocracia.

Agora, vamos imaginar, nesse período de férias, como o dólar está com o preço elevado em relação ao real, para os argentinos o Brasil é uma maravilha. O jornal *Clarín* já disse que muitos argentinos virão, aproveitando uma situação confortável. Talvez animados até pela vitória do Macri na Argentina, o que estimula a economia daquele país. Então, serão filas quilométricas, porque serão muitos ônibus de turistas argentinos, atravessando a fronteira, por Uruguaiana, para desfrutarem da beleza das praias no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina – de que eles gostam muito –, no Nordeste brasileiro. E ali vai haver um caos.

Eu estou, então, trazendo esse problema para indagar: que Mercosul é este que determina que um cidadão argentino ou brasileiro que viva ali na fronteira seja massacrado por essa burocracia? Como é que se vai entender o Mercosul dessa forma? Na Europa, integrada, você passa... Agora pode haver problema por conta do ataque do Estado Islâmico, mas não é isso que nós vivemos nessa região. Por que nós podemos, no Uruguai, atravessar com a maior facilidade – na hora em que se pede identificação, identifica-se, isso tem que ser feito – e, na Argentina, é essa burocracia?

Nós precisamos que as nossas autoridades diplomáticas resolvam esse assunto. Eu sei que o cônsul do Brasil em Libres e o cônsul argentino em Uruguaiana estão se esforçando para resolver esse problema. Quem é que vai entender o Mercosul se continuar essa barreira e essa burocracia perturbando, azucrinando a vida dos turistas que por ali passam? Não há sentido algum nisso que está acontecendo nessa fronteira. Vou pedir ao Itamaraty – faço-o agora – em nome daquelas pessoas. Eu fui uma vez – não sei quando voltarei lá, gostaria de voltar muito breve – mas não sei quando voltarei lá. Agora, as pessoas que moram em Uruguaiana e moram na Argentina...

O mais irônico de tudo isso é que o Itamaraty pediu-me que fosse acelerar, na Câmara, o acordo de fronteira, assinado pelo governo brasileiro e pelo governo argentino, que dá facilidades de trânsito, de trabalho, de previdência, de saúde, de educação. Nada disso está funcionando, nada. Existe o acordo de fronteira, mas nós não estamos fazendo o nosso dever de casa, que é, por exemplo, emitir essa carteira do Mercosul para os cidadãos argentinos. Então, se não há reciprocidade, os argentinos também se sentem no direito de demorar, para entregar uma carteira, um ano, 6 meses, 8 meses.

Nós temos que tomar uma atitude mais proativa para que os cidadãos que ali vivem, para que as pessoas que passam por ali, entendam que Mercosul é uma coisa importante. Do jeito que está, não tem nenhuma relevância. Ninguém sabe qual é a relevância do Mercosul com essas dificuldades e com essa burocracia prevalecendo sobre a vida do cidadão.

Queria também dizer, ainda sobre o Mercosul, que, com o agravamento da crise, nós estamos diante de um grave problema. A Bolívia, que integra o circuito bolivariano, já tentou uma intervenção nos gasodutos da Petrobras lá na Bolívia que trazem o gás natural. O gasoduto da Bolívia alimenta com gás natural todo o sul do País – Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Agora, a exemplo de Fernando Lugo, que deu um tarifaço na energia que o Brasil compra de Itaipu, Evo Morales segue o mesmo passo e quer um reajuste superior a 70% para o gás natural que o Brasil compra da Bolívia – e esse gasoduto, construído pelo Brasil, só serve para trazer o gás boliviano.

A Senadora Gleisi Hoffmann, que está na Mesa, foi até Relatora quando o governo paraguaio pediu o reajuste da tarifa. V. Ex^a fez uma memorável defesa do reajuste em um embate com o então – de boa memória – ex-Presidente da República e Senador Itamar Franco. Lembro bem da senhora, do quadro, mostrando com argumentação seu ponto de vista. Embora tenha sido contra, Senadora, nós ajustamos.

Agora, um reajuste de 78% no gás natural que compramos da Bolívia neste momento em que o mercado de gás está de oferta e não de escassez... Temos que pensar de outra forma, porque não podemos nos submeter a um interesse interno. O reajuste é de praticamente 80%, são 78%. Com esse aumento, na prática, o preço atual, que é de US\$5,7 milhões por Unidade Térmica Britânica, o famoso BTU de gás, passaria para mais de US\$10 milhões. É um aumento injustificável, sobretudo neste momento de grande oferta dessa matéria-prima energética no mercado internacional.

Como disse, todo gás consumido no Rio Grande do Sul, por exemplo, vem da Bolívia; Santa Catarina e Paraná também consomem o gás natural da Bolívia – Estados igualmente dependentes desse gás boliviano.

Em Uruguaiana há uma usina que deveria receber o gás natural da Argentina e, de uma hora para outra, virou um elefante branco: o gás da Argentina não veio e, depois, foi preciso fazer uma reengenharia para que aquela usina não fechasse as portas definitivamente e pudéssemos contar com o gás da Argentina.

É desses eventos e episódios que precisamos tratar aqui com muita seriedade.

Por fim, mas não menos importante, queria lembrar, em relação ao tema principal do cotidiano dos brasileiros e, de modo particular, desta Casa, que o processo de *impeachment* começou na Câmara dos Deputados. Há uma sessão extraordinária marcada para esta tarde de segunda-feira para a escolha e a eleição da Comissão Especial que analisará o processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. É um colegiado que será composto por 61 integrantes titulares e igual número de suplentes indicados pelos partidos, de acordo com o tamanho de cada Bancada.

Caberá à Comissão proferir parecer pela continuidade ou não do processo, que depois precisará ser votado no plenário da Câmara e, depois, no Senado. E lembro que PMDB e PT, os dois partidos maiores, com maiores bancadas, terão o maior número de representantes nessa Comissão: oito de cada partido.

Eu queria, a propósito disso, lembrar que o economista Maílson da Nóbrega – que amanhã terá um encontro com os Senadores – traçou recentemente um cenário bastante negativo para a nossa economia, mas previu melhora já no final do próximo ano de 2016 – que muitos estão imaginando que também já está morto. Ele descartou a hiperinflação e o risco de convulsão social, mesmo com a possibilidade de *impeachment*, por acreditar que a democracia em nosso País, como reafirmei no início deste pronunciamento, está consolidada, as instituições estão fortalecidas. A previsão do titular da Tendências, que é uma das mais importantes consultorias econômicas do nosso País, é de que haverá um novo período de prosperidade a partir de 2018 – portanto, ainda teremos um longo caminho a percorrer.

“Estamos vivendo a mais desastrosa política econômica da história recente do País”, escreveu Maílson da Nóbrega. Apesar de enxergar gravidade na conjuntura atual, Maílson, ex-Ministro da Fazenda do Governo Sarney, ressalta que a crise brasileira de hoje não conta com dois agravantes de outros tempos: a crise cambial e a crise bancária. Ele também comemora o fato de o País contar com instituições cada vez mais sólidas, que fortalecem o sistema democrático e contribuem para o desenvolvimento do País. Ele descartou a hiperinflação e, como eu disse, o risco de convulsão.

Então, eu quero trazer esta palavra aqui para dizer que, da mesma forma, Senador Paim, nós precisamos resolver – e é inadiável – a questão relacionada ao *impeachment* para, de uma vez por todas, passarmos dessa fase e entrarmos no debate sobre a verdadeira agenda que interessa ao País: mais crescimento, mais emprego e mais justiça social.

Muito obrigada, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Ana Amélia, convido V. Ex^a, se puder presidir, a assumir nossos trabalhos. Se não, convido a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu tenho um compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está bem.

Senadora Gleisi Hoffmann, eu convido V. Ex^a a presidir para que eu possa fazer o meu pronunciamento, porque a Senadora Ana Amélia, que gentilmente preside sempre que é convidada, neste momento tem uma agenda urgente fora do plenário do Senado.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pela Sr^a Gleisi Hoffmann.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com a palavra, então, nosso nobre Senador Paulo Paim.

Antes de passar-lhe a palavra, gostaria apenas de agradecer-lhe, Senador.

Hoje nós tivemos uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos com os representantes dos frentistas dos postos de gasolina. Em 2000 houve um grande debate no Congresso Nacional, e foi aprovado – sei que com o apoio de V. Ex^a – um projeto do então Deputado Aldo Rebelo que proibia o serviço *self-service* em posto de gasolina, mantendo, portanto, o emprego dos frentistas.

Agora nós tivemos um projeto protocolado pelo Senador Blairo Maggi que volta a apresentar a automatização nessa área. Claro, o Senador apresentou isso numa outra situação, numa outra conjuntura, mas os frentistas nos procuraram e eu procurei V. Ex^a, que prontamente nos abriu espaço na CDH. Fizemos uma excelente audiência pública com os representantes dos frentistas dos postos de todo o Brasil, com o presidente da Federação, dos sindicatos, e acho que conseguimos sensibilizar o gabinete do Senador Blairo Maggi. Tenho comigo que a vamos retirar esse processo de tramitação, porque os argumentos dos frentistas foram muito incisivos na defesa dos empregos: são 500 mil empregos que temos no Brasil, empregos muito necessários ao desenvolvimento do País.

Muito obrigada – queria agradecer a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Gleisi Hoffmann, meus cumprimentos a V. Ex^a e ao Senador Telmário Mota. Parabenizo V. Ex^a, autora do requerimento. Eu estava com problema de coluna, tinha consulta, e ele, de pronto, foi lá para estar junto com V. Ex^a e presidiu a sessão.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Se permite, Senador Paim, é muito difícil substituí-lo na presidência de uma sessão, mas o Senador Telmário foi de uma diligência muito grande e presidiu a sessão com participação democrática.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com muita maestria.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com muita maestria. Queria agradecer-lhe, e muito. O pessoal estava encantado com ele lá.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Temário.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Paim, diz um velho ditado que ninguém é insubstituível. Mas certamente é uma linguagem de acomodação, para evitar o desalento eterno quando se perde uma pessoa muito importante. V. Ex^a, aqui dentro, tem um espaço construído com trabalho, dignidade, postura, caráter, sinceridade, responsabilidade e, sobretudo, com uma bandeira muito própria, que tem uma cor extremamente identificada: a bandeira que V. Ex^a defende, hasteia no mastro de sua alma, é a bandeira do trabalhador. Gostou, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Gostei demais. Aliás, recebi um telefonema hoje – confesso – de um dos líderes principais do PDT – a Senadora Gleisi não vai gostar muito, porque ela é do “Fica, Paim”. Ele me disse: “O trabalhismo é o seu caminho, Paim. Vem, vem, vem”. Agora recebo aqui um elogio do Líder do PDT...

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Então me dê um aparte para eu fazer um elogio também, vou disputar com o Senador Telmário!

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Paim, o estacionamento para V. Ex^a não tem nem guardador de carro, tamanha a abertura que existe lá: pode chegar e estacionar, qualquer lugar lá é seu. Quero parabenizar o Senador Paim e a Senadora Gleisi pela lucidez que mostraram ao convocar essa audiência, uma audiência descontraída, mas muito consciente. Todos os que ali levaram seus discursos apresentaram consciência quanto à necessidade da manutenção desses frentistas. Eles são 500 mil. Com cada família tendo, no mínimo, cinco membros, vê-se a importância desses empregos. Nunca somos contra uma nova tecnologia, o avanço tecnológico, mas também é preciso ver o tempo e o momento disso. Foi dito lá pelo representante do Senador Maggi que o projeto foi proposto em outro momento econômico, em outro momento estrutural que o País estava vivendo, antes desta crise cíclica, normal em todos os processos. Quero parabenizar, mais uma vez, a Comissão de V. Ex^a, que começa a dar pauta a esta Casa muito cedo, nas segundas-feiras. V. Ex^a faz com que esta Casa cedo responda à população, pela sua ansiedade, pelo seu desejo e pelo trabalho pertinente. Parabéns a V. Ex^a! Parabéns à Senadora Gleisi!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Telmário Mota.

Meus cumprimentos à Senadora Gleisi, que é a autora do requerimento.

Mas, Senadores, hoje vir à tribuna e não falar do tema que está em debate no País, não há como.

Eu queria, com muita tranquilidade, mas com muita tranquilidade mesmo, dizer, Senadora Gleisi Hoffmann e Senador Telmário Mota: sou daqueles que entende que é chegada a hora de fazermos um debate franco, aberto, tranquilo e responsável.

Sou muito franco nos meus pontos de vista, que vou aqui expressar: não há como entrarmos em férias e deixarmos o País nessa turbulência. Criaram a turbulência do *impeachment*? Então, vamos resolver.

Queiram ou não queiram, podemos discordar do método adotado, mas está aí: o País não pode ficar, um mês, dois meses, três meses, quatro meses, cinco meses, seis meses, como querem alguns, só discutindo: “sim” ao *impeachment*, “não” ao *impeachment*; “sim” ao *impeachment*, “não” ao *impeachment*. Seria uma irresponsabilidade.

Eu tive o cuidado, Senadora Gleisi, de pegar o resultado da última votação, que foi a votação do chamado PL 5, que, na verdade, afirma a questão das metas fiscais.

E qual foi o resultado? Trezentos e catorze Deputados disseram que a Presidente tem razão e votaram favoravelmente; “não”, somente 99 votos. No Senado, 46 disseram que a Presidente tem razão; “não”, somente 16 votos. Ora, se, na semana passada, votamos, concordando com o encaminhamento feito pela Presidenta da República, como se explicaria agora querer tirar o mandato da mandatária maior do País?

Eu tenho posição muito clara de que votaria, mas com muita consciência – sabe quando se está de bem com a sua consciência e com a população? – contra o processo de *impeachment*. Não há nenhum respaldo le-

gal! Eu tive o cuidado hoje, pela manhã, já que eu estava cuidando da coluna, de ouvir a fala, convocados pelo Ministro da Justiça, de mais de dez juristas especializados no tema. É unanimidade que esta tese não se sustenta.

Por isso, Sra Presidenta, sou favorável a que se suspenda esse recesso. Eu não consigo me ver ou na praia ou num sítio ou caminhando no parque com os meus netos, e as pessoas perguntando: "Vem cá, vocês vão ou não decidir essa questão? E estão aqui passeando, brincando com uma coisa tão séria como essa."

Senador Telmário Mota, estou convencido de que isso já cai na Câmara dos Deputados. Mas estou convencido mesmo. Isso não tem procedência! A não ser que seja uma traição das mais vergonhosas, em que entrariam para a história aqueles que assim o fizessem. Não vai haver essa traição. Não vai haver essa traição.

Escrevi algumas coisas aqui em relação ao *impeachment* e quero deixá-las nos *Anais* da Casa.

Primeiro, creio, neste momento, pela circunstância como foi encaminhado, que ele é nitidamente revanchista e, sem dúvida alguma, uma afronta à própria democracia brasileira. Alguém já me falou – e não foi aqui, foi hoje pela manhã, Senador: "Ah, mas você viu a Argentina e a Venezuela?" Muito bem. Na Argentina e na Venezuela, houve discordância, e quem decidiu? Eu posso até não gostar, mas foi decidido pelo processo democrático. O povo foi às urnas e decidiu. Eu posso ter outra posição, mas aí eu respeito! Agora, querer atalhar o caminho três anos antes da disputa eleitoral, qualquer pessoa que defende a democracia sabe que não é esse o processo. Não dá para aceitar!

Vou passar, em seguida, a V. Exª. Vou falar aqui, porque é rápido.

Isso é gravíssimo. Temos memória. Estou com 65 anos. Eu estava lá quando houve o golpe militar. Eu estava lá quando passaram a tesoura – por isso falei em corte na nossa democracia. Pagamos um alto preço pela exceção que durou vinte anos e ceifou sonhos, vidas e famílias. O Estado democrático de direito não pode ficar refém de lutas subterrâneas do poder pelo poder.

Seria o caos! Calculem essa situação em qualquer país do mundo. Eu até tenho discordâncias pontuais quanto à política econômica – nunca neguei. Mas, entre ter discordância pontual na política econômica e querer atacar a democracia, há uma distância enorme – enorme! –, e, com certeza, eu não estarei nessa trincheira. Estarei na trincheira aqui, dentro do Parlamento, estarei na trincheira nas ruas. Defendo o melhor sistema da história da humanidade, que é o processo democrático.

Todos nós sabemos. Basta olhar a história do Brasil. Sou do tempo da legalidade. Vi Brizola e João Goulart instalados no Palácio Piratini, comandando a legalidade. Infelizmente, deu no que deu, e a ditadura foi vitoriosa.

A democracia é a alma do povo brasileiro. Ela interpreta desejos da nossa gente e se faz ouvir – sabem como? – pelo grito das urnas, pelo grito das urnas, e não por quem vem à tribuna falar mais alto porque acha que vai ganhar uma disputa na base do berro. Não! As urnas falaram e elegeram a Presidenta. E nós estávamos lá, cada um com a sua posição.

Muito bem. O ano de 2018 está aí. É rápido. Cada um vai assumir o seu lado, e vamos para a disputa democrática, livre, essa, sim, no campo da liberdade e da justiça. Que vença o que apresentar o melhor projeto!

Portanto, não há outro caminho senão o do respeito aos preceitos da Constituição. Se querem mudança de governo, pois bem: utilizem os padrões normais e vão disputar em 2018. Não há como negar que essa situação de deixar o País sangrando não interessa a ninguém.

Sou favorável – repito aqui e deixo por escrito – que não haja recesso parlamentar e que, de uma vez por todas, o Congresso Nacional se defina. E eu tenho uma posição clara quanto a isso: que se defina favoravelmente. A Presidência da República, depois desse processo, sairá, é claro, fortalecida para ajudar todos nós a colocar o País nos trilhos.

O Congresso Nacional tem que dar, urgentemente, a resposta que a sociedade exige. Nós não usaremos a prática do avestruz de nos acomodarmos para esperar o momento mais adequado para cada um se posicionar.

Por isso, Sra Presidenta, deixo aqui este meu ponto de vista, mas com muita convicção de que passaremos por esse episódio. Vamos votar, sim. Eu quero! Sou daqueles que quer votar. Eu quero votar! Quero ter o direito de que a Câmara decida que esse processo não tem fundamento, e que ele já caia lá. Que caia lá! Eu me sentirei representado, sem problema nenhum. É como se eu estivesse lá, votando.

É claro que a traição existe. Permite-me, Presidenta, lembrar um pouco da história para que os traidores lembrem que seus nomes ficarão marcados para sempre. Eu estava lá, no episódio do ex-Presidente Collor, hoje nosso colega aqui no Senado. Eu vi com estes olhos que, como alguém disse, a terra há de comer – mas, como sou pela cremação, deixo registrado aqui em ata: que eu seja cremado e que minhas cinzas sejam jogadas na floresta e sobre as águas dos rios. Eu estava lá e vi. Assistia eu à televisão, lá no Cafetinho da Câmara – eu era Deputado –, e vi, ao lado do Presidente Collor – se ele estivesse aqui, confirmaria –, muitos jurarem fidelidade a ele até o último minuto. Mas, chegada a noite da votação, eu vi, Sra Presidenta, a pessoa dizer: «em nome de minha mãe, de meu filho, de meu neto, e *non sei o quê*, eu voto pelo afastamento do Presidente».

É essa traição que considero uma covardia. Eu prefiro as pessoas que têm posições claras, nítidas, e que dizem onde estão. Esses eu aprendi a respeitar no convívio dentro do Parlamento. Por isso, espero que isso não aconteça. E todos aqueles que traíram, naquele momento, o Presidente Collor – que não foi o nosso caso, porque tínhamos posição clara, e votamos pelo *impeachment*; e ele sabia, desde o primeiro momento, com quem ele poderia contar ou não contar. Já comentei com o Presidente, em certo momento, essa história.

Agora, aqueles que estão ao lado da Presidenta, caminhando com a Presidenta, tenho certeza de que não vão se acovardar.

Falo isso não ofendendo ninguém – pelo contrário, elogiando. Sei que eles terão uma posição clara e nítida da responsabilidade de quem está governando o País, e nós estaremos todos, com certeza, nessa mesma posição.

Mas, Sra Presidenta, eu quero... Confesso que eu estava presidindo, e minha filha me mandou uma mensagem pelo WhatsApp – minha filha Ednéia tem 35 anos. Ela mandou a seguinte mensagem: "Pai, se puder fale na tribuna o que estou te dizendo. Grandes homens marcaram suas vidas por saberem tomar decisões grandes e ajudaram o povo e a história. Não tenha medo. Você é um homem de coragem. Você é um homem que sabe voar como os pássaros voam. Vote com a sua consciência. Sei que os homens e mulheres deste País não esquecerão. Sei que o senhor saberá fazer o bom combate e a defesa da Presidenta Dilma." Está registrado aqui o que eu recebi.

Senador Telmário Mota, é sempre uma satisfação ouvir palavras de V. Ex^a.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Paulo Paim, eu estava muito atento aqui, observando a fala de V. Ex^a. Querer dizer que esse *impeachment* que estão propondo não é um golpe é querer tapar o sol com a peneira. Vejam os senhores: em prol do *impeachment* – há menos de 30 anos, hein? – do Senador Fernando Collor, organizou-se uma cadeia da sociedade civil: CNBB, OAB, UNE, CUT, enfim, inúmeras organizações da sociedade civil, toda ela orquestrou-se nesse sentido. Agora é um outro momento. Eles alegam que é a questão da pedalada, depois fazem o recheio do bolo com coisas que não têm nada a ver e que não estão escritas na lei brasileira. É normal, a oposição tentando, desde o primeiro momento... Desde o primeiro momento, tentaram anular, tentaram recontar. Desde o primeiro momento, como a diferença foi muito pequena, a oposição tenta a todo modo, a toda hora, desestabilizar o Governo da Presidente Dilma. Mais grave do que isso... Inclusive, estou entrando até com um projeto de lei, hoje, um projeto de lei de modificação da Constituição brasileira... Quando o Ciro Gomes era Deputado, ele chamou o Presidente da Câmara de ladrão. Foram ao Judiciário e lá o Ciro Gomes foi isentado da sua fala. E a testemunha o Eduardo Cunha levou foi, por incrível que pareça, o Vice-Presidente, Michel Temer. Então, veja você. Não há nenhuma dúvida. Não é que ele recebeu vários pedidos de *impeachment* e esse que ele entrou é o que está fundamentado, não. Nenhum estava fundamentado, porque nenhum mostra um dolo da Presidente. A Presidente está isenta de qualquer dolo. Ele fala nas pedaladas. Pedaladas, para você que está me ouvindo, meu amigo, minha amiga, é a mesma coisa que, na hora de pagar o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida, e o Tesouro está sem dinheiro, o Governo dizer: "Caixa Econômica, paga aí que depois eu te pago.". E foi isso, uma prática utilizadíssima no Governo de Minas, do PSDB; utilizadíssima no Governo do Paraná; utilizadíssima no Governo de São Paulo, tudo do PSDB.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nos governos anteriores, inclusive.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – E do Fernando Henrique Cardoso, com o Senador Aécio Neves, por quem a gente tem todo o carinho e respeito, estava na Presidência da Câmara. Quer dizer, a essas pessoas, os benefícios da lei; à Presidente Dilma, o rigor da lei? Que lei? Isso nem está previsto como causa de *impeachment*. Mas longe do que isso, querer comparar as eleições da Venezuela e o resultado, as eleições da Argentina e o resultado com uma ruptura democrática? Eu custo até a acreditar nisso. É, no mínimo, tentar chamar o povo brasileiro de bobo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ou foram infelizes nos exemplos, eu acho.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Veja você, na Venezuela, as eleições estão dentro do calendário normal. Dentro do calendário! E aí, o povo, na sua sabedoria, na sua necessidade, na sua essência, está fazendo uma escolha, que tem que ser respeitada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Na Argentina, a eleição foi dentro do calendário. Agora, querer tirar a Presidente Dilma, que ainda no seu primeiro ano, no momento em que o Brasil vive, que toda a Nação brasileira vive, crises cíclicas? Imagina se fossem tirar o Obama naquela crise que ele viveu! Hoje está aí, recuperado, aplaudidíssimo, botando Estados Unidos no eixo de uma nação potente, como sempre foi. Eu acho que nós não podemos cair no discurso vazio, no discurso demagogo, no discurso golpista, oportunista, traidor. Quem governa este País é o PT, com a Presidente Dilma, e os partidos de coalizão, especialmente o PMDB, que até é corresponsável na integridade com tudo o que acontece no Governo. A Dilma não serve, aí

o Michel Temer serve? Ele, quando esteve na Presidência, assinou também pedaladas. Que passa? Olha, isso não. Ela pode não ser o governo dos nossos sonhos, pode a Presidente Dilma estar fazendo um governo que não agrada, é verdade, e as ruas têm que dizer isso. Agora, daí destituí-la, uma mulher que não tem nada que depõe contra a sua integridade, a sua moralidade, a sua dignidade, nós não podemos aceitar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sou radicalmente contra o golpe. Sou a favor da legalidade e não vou aceitar. Enquanto Senador, vou lutar com todas as minhas forças para que o Brasil não tenha esse golpe branco. Não é um sargentão, um tenentão, um coronel indo para as ruas com as armas, com tanque de guerra, mas é a rasteira escura dos gabinetes irresponsáveis com o País.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Telmário, cumprimento V. Ex^a.

Quero dizer que conheço a Presidenta Dilma – olhe bem o que eu vou dizer – há 40 anos. Nunca ouvi falar uma coisinha desse tamanho da integridade, da honradez, da seriedade, da honestidade dela. Nunca ouvi falar.

E olha que eu sou um Senador que aqui já votei contra algumas questões de Governo, mas isso é um debate pontual do meu ponto de vista da economia. Agora, dizer que uma mulher, uma lutadora que enfrentou a ditadura como pôde, foi até torturada, não entregou um companheiro, não tem uma mácula, não tem riqueza, não tem nada, eu a conheço, tem um apartamentinho em Porto Alegre – pode ter muita gente honesta neste País, e tem muita gente honesta –, dizer que a Presidenta não é honesta é uma calúnia. E eu, com certeza, não posso concordar com isso.

A Presidenta sempre teve uma postura ao longo da sua vida... E me permita que eu conte dois episódios pequenos. Na primeira eleição do Sindicato de Canoas, ela estava na porta da fábrica, há 40 anos, entregando boletim. Ela e o ex-marido dela, Carlos Araújo, porque entendia que era a hora de um operário negro assumir aquele sindicato.

Disputa para o Senado, plenário lotado, lotado, 90% mulheres, ela era uma painelista, estavam lá os candidatos ao Senado. Todos que estavam ali esperavam a opinião dela porque era uma líder já. E ela disse: "Olha, eu não escondo o meu ponto de vista. O meu voto vai ser para o operário negro, Paulo Paim, lá de Canoas, para que ele esteja no Senado, para que a gente tenha um zumbi lá no Senado".

Essa é a Dilma, pessoal. Ela poderia, naquele plenário ali, faturar diferente, mas ela deu o que ela estava sentindo no momento.

Então, eu posso discordar da política econômica, e V. Ex^a sabe, tenho a minha discordância pela forma do Ministro Levy levar, mas é um direito meu, a minha opinião. Agora, entre isso e querer na marra, no tapa, no grito, na mentira, tirar um mandato legítimo, que veio das urnas? Porque foi o povo que a elegera, foi o povo brasileiro que a elegera.

Por isso que eu estou muito tranquilo ao fazer este depoimento, na certeza de que a Câmara, neste momento, terá a responsabilidade de resolver já lá esta questão. Eu nem lembro, nem consigo ver a possibilidade de chegar aqui no Senado, não consigo ver.

Confesso que falei aqui, dei uma entrevista para 20 jornais do Rio Grande do Sul, na quinta-feira que passou à tarde e saiu no sábado. Já lá eu dizia, perguntaram-me: "Qual é a possibilidade de *impeachment*?" Eu disse: olha, pelo que eu conheço o Parlamento e a minha experiência lá dentro, a possibilidade é remota, praticamente não existe, a não ser que haja uma traição vergonhosa.

E por que eu falo em traição? A história mostra, todos aqueles que traíram acabaram se dando mal ali na frente, porque a energia do universo não conspira a favor de traidor, pode saber que não conspira, porque quem faz o bem, sem olhar a quem, não trai ninguém. Ele defende pontos de vistas e causas. E veja, não estou nem aqui falando daqueles que têm um ponto de vista claro e nítido, e sempre tiveram, contra o mandato da Presidenta. Sabíamos que poderia enveredar por este caminho, mas aqueles que sempre estiveram ao lado dela, participando da administração, da discussão, eu não consigo vê-los traindo-a, não consigo ver. E não trairão, acredito nisso.

Sr^a Presidenta, ainda tenho dois minutos. Nesses outros minutos eu quero aproveitar esta segunda-feira, como faço sempre, para falar um pouco de nossa juventude.

Sr^a Presidenta, apesar de muito estarem falando atualmente do envelhecimento da população, o Brasil ainda tem um grande número de jovens que estão se apresentando, cada dia que passa, como uma força viva na política e também no mercado de trabalho. O envelhecimento da população é resultado da queda que vem ocorrendo na taxa de fecundidade, o que contribui para a diminuição proporcional da parcela que se encontra em faixas etárias inferiores. Isso exige políticas públicas específicas, que expressem a preocupação do Poder Público com a transição da infância, da juventude para nossa vida adulta.

Como garantir o acesso da população jovem aos ensinos médio e superior de qualidade e a transição do sistema para o mercado de trabalho? É a pergunta que não nos sai da mente nesse quadro que se apre-

senta, até porque estamos atravessando um momento de crise. Em matéria do dia 25 de outubro, publicada no site da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional, estampa-se como título o seguinte: "Jovens são os que mais sofrem com o desemprego." Imagine a frustração de chegar ao fim da qualificação e não encontrar mercado para o trabalho.

Na proporção, Srª Presidenta, podemos aqui lembrar, para se ter uma ideia do tamanho da questão, é importante saber que na América Latina, o Brasil, apesar de se encontrar em quinto lugar na proporção de jovens na população, alcança 50% da população jovem. Em relação ao Cone Sul, ali com a Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, a participação chega a 80% de jovens. Então, como é importante promover políticas públicas adequadas para beneficiar os componentes dessa faixa tão importante da população, que é nossa juventude.

Levantamentos realizados pela ONU e pelo IBGE confirmam que a atual densidade demográfica dos jovens não se manterá. O que nos preocupa é que todos que estão na faixa etária de 15 a 24 anos precisam ser atendidos em suas necessidades de desenvolvimento e inserção social e no mercado de trabalho, para que se capacitem para assumir no futuro a direção, não só das empresas, mas também a direção do País.

Os dados são importantes neste momento. A cada dois desempregados no País, um é jovem. Quarenta por cento dos jovens brasileiros pertencem a famílias sem rendimento ou que sobrevivem com até meio salário mínimo. Cabe destacar que apenas 35% têm carteira assinada. Quanto à educação, apenas três em cada dez consegue efetivamente o acesso ao ensino médio.

Entre os que deixaram os estudos, 51% pararam no ensino fundamental e 12% não ultrapassaram a 4ª série.

O desemprego entre os jovens não é uma exclusividade brasileira, mas isso não pode nos servir de consolo ou desculpa. É possível observar que se trata de um problema mundial, pois, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), há no mundo inteiro mais de 75 milhões de jovens desempregados, o que equivale a 40% do total de pessoas sem emprego.

A solução não é fácil no curto prazo, mas se prevê uma melhora nessa situação. Mas o que não podemos fazer é cruzar os braços, lavar as mãos e, usando a metáfora bíblica, para nos isentarmos de culpa, fazer de conta que não estamos vendo a tempestade passar.

Quanto aos jovens que conseguem chegar ao ensino superior, uma grande parte deles está dependendo do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que cresceu 1.150% nos últimos anos, permitindo que 500 mil estudantes dele se utilizem para avançar nos estudos.

Cabe lembrar que o grande aumento das matrículas no ensino superior se deu após a reforma universitária, que resultou na quase completa privatização do ensino superior, que atualmente corresponde a 82% das matrículas. Isso – é bom lembrar – é para ver o estado a que chegamos. Cinco universidades privadas transformaram-se nas maiores do País.

Segundo o IBGE, 70% dos universitários brasileiros trabalham, mas o endividamento estudantil e o desemprego têm afetado seriamente o futuro da nossa juventude.

Srª Presidente, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica mostra que 38,6% dos jovens que completam o ensino médio não têm capacidade de leitura compatível nem mesmo com a 8ª série do ensino fundamental. Em matemática, 68,8% (quase 70%) da 3ª série do ensino médio não aprenderam como deviam.

Mais: apesar de 81% dos jovens entre 15 e 17 anos estarem matriculados em escolas, apenas 53% deles estão onde deveriam, ou seja, no ensino médio. Os demais tentam concluir o ensino fundamental.

Srª Presidenta, os dados que aqui levanto são importantes, que quero deixar nos *Anais* da Casa de forma tal que seja uma contribuição ao debate no sentido de nós avançarmos e melhorarmos a situação da educação, a situação da nossa juventude, e também, naturalmente, o mercado de trabalho.

O estudo da Unesco, em parceria com o Governo Federal, divulgado em 13 de maio de 2015, aponta que, de 42,416 mil óbitos por tiro registrados no Brasil em 2012, aproximadamente 59% foram de pessoas com idade entre 15 e 29 anos, conforme mostra que há também violência em relação à nossa juventude. O que choca todos é que, nessa faixa etária, se encontravam apenas 27% da população.

Outra questão séria na juventude e que deveria ser objeto de preocupação do poder público é a gravidez precoce. No Brasil, de acordo com o relatório anual Situação da População Mundial do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), lançado em outubro de 2013, 12% das adolescentes de 15 a 19 anos tinham pelo menos um filho em 2010. De 15 a 19 anos. O texto destaca que adolescentes pobres, negras ou indígenas e com menor escolaridade tendem a engravidar mais que outras adolescentes em nosso País. É o resultado da falta de informação, somado à falta de políticas públicas de apoio e orientação a essas pobres mães que acabam por ter o seu futuro e o da criança prejudicados.

Geralmente essas mães precoces, quando deixam a escola, acabam por engravidar novamente, dificultando ainda mais a inserção no mercado de trabalho.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidente, eu concluo aqui agora, com mais um minuto.

Pretendo, com este pronunciamento, chamar a atenção da sociedade no seu todo pela importância de termos políticas públicas direcionadas aos jovens, como fizemos, eu tenho alegria de ter sido o Relator do Estatuto da Juventude, aprovado e sancionado pela Presidenta. É de grande importância também a definição de uma política séria, que propicie aos jovens a oportunidade fundamental do primeiro emprego e sempre que possível em sua própria área de formação e qualificação. Por fim, é preciso incutir neles a esperança e a certeza de dias melhores; é preciso esperançar; e não podemos nos esquecer de que, em breve, a condução dos destinos do País será entregue à nossa juventude.

Senador Pimentel, sempre é uma alegria ouvir o pronunciamento de V. Exª. Sabe que eu fiz na abertura da forma como eu mais gosto: de improviso, o meu sentimento com esse debate do *impeachment*. Depois, fiz questão de registrar a importância de avançarmos mais nas políticas da juventude.

O Sr. José Pimentel (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Senador Paulo Paim, eu quero parabenizá-lo pelo pronunciamento, principalmente quando V. Exª fala com a alma e o coração, como foi a parte primeira do seu pronunciamento, ao mesmo tempo conjugando um conjunto de ações voltadas para os mais pobres, para os mais necessitados. E aproveito para registrar que, nos últimos 10 anos, o número dos mais pobres do Ceará reduziu-se em 70%. Esses são dados do próprio Governo do Estado do Ceará e também do IBGE, demonstrando que as políticas do Presidente Lula e da Presidente Dilma são voltadas para os mais pobres. Por isso é que essa direita conservadora, que não tem nenhum compromisso com as nossas famílias mais sofridas, particularmente da Região Norte e Nordeste, resolve se insurgir contra um mandato legítimo, democrático e popular, como é mandato da Presidenta Dilma, eleita, como você, e deixe-me chamá-lo de você, meu companheiro Paulo Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode e deve.

O Sr. José Pimentel (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – ... já registrou na parte primeira, com mais de 54 milhões de votos. Ela está sendo condenada pelas boas coisas que fez: resolveu pagar em dia o Bolsa Família, que atende a ampla maioria dos mais pobres. E é por isso que o Ceará teve quase 70% de redução da sua pobreza nos últimos dez anos. Ao mesmo tempo, um olhar voltado para o mundo da educação, já que aprovou e sancionou sem veto o Plano Nacional de Educação, que nós construímos com a sua participação nas audiências públicas da Comissão de Direitos Humanos, abordando desde a creche, a pré-escola, o ensino fundamental, o ensino médio, o mestrado, o pós-doutorado, frutos de um grande debate. E desse debate nós tivemos, por parte da nossa Presidenta, a sanção da Lei nº 13.005, que trata do PNE para os próximos dez anos, vinculando 10% do Produto Interno Bruto para a educação pública, para educação básica, e enquanto os governos do PSDB ou do Estado do Paraná, da nossa Senadora Gleisi Hoffmann, resolveram tratar os professores a base da exclusão...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós estivemos lá junto com a Senadora Gleisi.

O Sr. José Pimentel (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – ... do debate, da marginalização. Muitos estiveram lá. Você, meu Senador Paulo Paim, juntamente com a Senadora Gleisi e outros Senadores, estiveram lá levando a solidariedade do Congresso Nacional aos professores. Agora, mais recentemente, resolveram bater nos estudantes do ensino médio, que queriam que as escolas próximas das suas moradias continuassem funcionando a fim de não ficarem expostos à violência que as ruas têm construído ou ao envolvimento e à aproximação do narcotráfico, que, lamentavelmente, está no trajeto dessas crianças da sua residência para a escola e da escola para a sua residência. Por tudo isso, esse grupo resolveu tentar destituir um Governo legítimo e democrático. Mas nós aprendemos, ao longo desse período, a fazer a defesa do Estado democrático de direito. E não haverá aqueles que, mais uma vez, venham rasgar a Constituição brasileira. Por isso, não ao golpe! E conte com os movimentos sociais do nosso Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Pimentel. Eu faço questão que o seu pronunciamento esteja anexado ao meu, porque há sintonia total com todo o meu pronunciamento, quando aqui vim e tive o aparte do querido Senador Telmário Mota e também a contribuição de V. Exª.

Como eu dizia, não acreditamos na traição. Acreditamos que o Estado democrático de direito vai ser vitorioso nesse processo. E nós continuaremos sempre aqui, da tribuna, buscando investimentos em todas as áreas, no campo da educação, da saúde, da habitação, do saneamento básico, do emprego.

E aqui hoje eu me dediquei a falar no investimento cada vez maior a favor da nossa querida juventude, que vai dirigir este País, quer seja na iniciativa privada, quer seja na área pública, quer seja como alguém que no futuro poderá chegar a Governador, a Deputado, a Senador e à própria Presidência da República pela via democrática, porque por traição e por malandragem ninguém chega a lugar nenhum.

Obrigado, Presidenta.

SEGUEM, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero reiterar a minha contrariedade com relação a abertura de processo de impeachment, da presidente Dilma Rousseff, ocorrido na semana passada.

Creio que neste momento, pela circunstância como foi encaminhado, nitidamente revanchista, é sem dúvida alguma uma afronta à democracia brasileira.

Isso é gravíssimo. Temos memória. Pagamos um alto preço pelo regime de exceção que durou vinte anos e que ceifou vidas e famílias.

O Estado Democrático de Direito não pode ficar refém de lutas subterrâneas do poder pelo poder. Seria o caos. Se aceitarmos essa situação, com certeza, estaremos contribuindo para uma situação antidemocrática nunca vista antes na história do Brasil. Não podemos abrir mão do bom funcionamento das instituições.

A democracia interpreta os desejos populares; se faz ouvir pelo grito das urnas. Por isso que eleições livres têm a legitimidade da mudança.

Portanto, não há outro caminho, se não o de respeito aos preceitos da Constituição. Se querem mudança, que se mobilizem, mas, não utilizem padrões fora do normal; não ataquem o Estado Democrático de Direito.

Sr. Presidente, não há como negar que o país está sangrando. Temos que ter sobriedade, pensarmos alto.

O país não aguenta mais.

Sou favorável que não aja recesso parlamentar, e que de uma vez por todas o Congresso Nacional se defina sobre o impeachment.

A paralisia que o país se encontra é em muito pela prática descontrolada da má política. E aí eu falo de todos: situação e oposição.

O Congresso Nacional tem que urgentemente dar uma resposta à sociedade. Chega de esta Casa utilizar a prática do avestruz. A população clama alguma ação.

Sr. Presidente, eu encerro com uma mensagem que, no meu entendimento, é muito apropriada para o atual momento do nosso país e do Congresso Nacional.

Essa mensagem me foi passada na semana retrasada, via whatsapp, pela minha filha: "Grandes homens marcaram suas vidas, pois tomaram decisões grandes e mudaram a história. Não tenha medo das mudanças, e sim tenha coragem de voar como os pássaros. Não ao impeachment".

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar de muito se estar falando, atualmente, no envelhecimento da população, o Brasil se caracteriza por ter, ainda, um grande número de jovens.

O envelhecimento da população é o resultado da queda que vem ocorrendo na taxa de fecundidade, o que contribui para a diminuição proporcional da parcela que se encontra em faixas etárias inferiores.

E isso exige políticas públicas específicas, que expressem a preocupação do poder público com a transição da infância e da juventude para a vida adulta.

Como garantir o acesso da população jovem aos ensinos médio e superior de qualidade e a transição do sistema educacional para o mercado de trabalho?

É a pergunta que não nos sai da mente nesta conjuntura em que nos encontramos, de crise econômica e de dificuldades de gestão da coisa pública.

Uma matéria do dia 25 de outubro, publicada no site da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional, estampa como título o seguinte: "Jovens são os que mais sofrem com desemprego no País".

Imagine-se a frustração de chegar ao fim da qualificação e encontrar um hiato preenchido pela desesperança, até conseguir-se alguma colocação no mercado de trabalho, sujeitando-se a atividades que, muitas das vezes, nada têm de relacionado à área de formação!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para que possamos ter uma ideia do tamanho do problema que atormenta a nossa juventude, é importante saber que, na América Latina, o Brasil, apesar de se encontrar em quinto lugar na proporção de jovens na população, alcança 50% da população jovem; e, em relação ao Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai), a participação chega a 80% dos jovens.

Então, como promover políticas públicas adequadas para beneficiar aos componentes dessa faixa etária tão numerosa?

Levantamentos realizados pela ONU e pelo IBGE confirmam que a atual densidade demográfica dos jovens não se manterá. O que nos preocupa é que todos os que estão na faixa etária de 15 a 24 anos precisam ser atendidos em suas necessidades de desenvolvimento e inserção social e no mercado de trabalho, para se capacitarem a assumir o Brasil do futuro.

Os dados existentes não são muito esperançosos: A cada dois desempregados do País, um é jovem, e 40% dos jovens brasileiros pertencem a famílias sem rendimento, ou que sobrevivem com até meio salário mínimo. Cabe destacar que apenas 35% têm carteira assinada.

Quanto à educação, apenas 3 em cada 10 jovens conseguem acesso ao ensino médio. Entre os que deixaram os estudos, 51% pararam no ensino fundamental e 12% não ultrapassaram a 4ª série.

Quando se observam os números mencionados, fica difícil discordar daqueles que afirmam que falta uma estrutura e programas suficientes, no País, para garantir a saúde, o estudo, a informação e o emprego a essa parcela tão numerosa da população.

Sr. Presidente, o desemprego entre os jovens não é uma exclusividade brasileira, mas isso não pode nos servir de consolo ou desculpa. É possível observar que se trata de um problema mundial, pois, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), há, no mundo inteiro, mais de 75 milhões de jovens desempregados, o equivalente a 40% do total de pessoas sem emprego.

A solução não é fácil, e, no curto prazo, não se prevê uma melhora dessa situação. Mas o que não podemos fazer é cruzar os braços, ou lavar as mãos, usando a metáfora bíblica, para nos isentarmos de culpa.

Quanto aos jovens que conseguem chegar ao ensino superior, uma grande parte deles está dependendo do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que cresceu 1.150% nos últimos anos, permitindo que 500 mil estudantes dele se utilizem para avançar nos estudos.

Cabe lembrar que o grande aumento das matrículas no ensino superior se deu após a reforma universitária do regime militar, que resultou na quase completa privatização do ensino superior, que atualmente responde por 82% do número de matrículas. Cinco universidades privadas transformaram-se nas maiores do País.

Segundo o IBGE, 70% dos universitários brasileiros trabalham, mas o endividamento estudantil e o desemprego têm afetado seriamente o futuro de muitos jovens.

E um dado entristecedor é que 14% da juventude mais pobre não trabalha nem estuda. Vejam Vossas Excelências o potencial explosivo de esses jovens serem atraídos para o mundo da transgressão e da criminalidade.

E há alguns dados referentes à escolaridade de que deveríamos envergonhar-nos: O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica mostra que 38,6% dos jovens que completam o ensino médio não têm capacidade de leitura compatível nem mesmo com a 8ª série do ensino fundamental.

E em matemática, 68,8% (quase 70%) da 3ª série do ensino médio não aprendeu o que deveria ter aprendido.

Mais: apesar de 81% dos jovens entre 15 e 17 anos estarem matriculados em escolas, apenas 53% deles estão onde deveriam, ou seja, no ensino médio. Os demais tentam concluir o ensino fundamental.

Srªs e Srs. Senadores, outra coisa que deve nos entristecer, e até envergonhar, é a discriminação constatada nos números que afetam os jovens negros por todo o País em termos de violência.

Segundo dados divulgados em maio de 2015, no relatório Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014, a população negra entre 12 e 29 anos é a principal vítima da violência.

Consta nesse estudo que "os jovens negros no Brasil são duas vezes e meia mais vítimas de homicídio do que o jovem branco".

No Estado da Paraíba, a proporção é de 13 negros para cada branco. Segue-se Pernambuco, cuja relação é de 11,57 e, depois, Alagoas, com um coeficiente de 8,75.

Certamente o racismo não é o único fator. A diretora executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Samira Bueno, relaciona as causas socioeconômicas que levam a esse estado de coisas: "São normalmente territórios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo, com problemas de evasão escolar, renda per capita extremamente baixa."

Um outro índice assustador é o que virou matéria da revista CartaCapital, com o seguinte título: "Jovens são 59% dos mortos por arma de fogo no Brasil".

A matéria utiliza informações do Mapa da Violência 2015 – Mortes Matadas por Armas de Fogo.

O estudo da UNESCO, em parceria com o governo federal, divulgado em 13 de maio de 2015, aponta que, de 42.416 óbitos por tiro registrados no Brasil em 2012, aproximadamente 59% foram de pessoas com idade entre 15 e 29 anos.

O que choca, Sras e Srs. Senadores, é que, nessa faixa etária, se encontravam apenas 27% da população.

Outro problema sério na juventude e que deveria ser objeto de preocupação do poder público é a gravidez precoce.

No Brasil, de acordo com o relatório anual Situação da População Mundial do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), lançado em outubro de 2013, 12% das adolescentes de 15 a 19 anos tinham pelo menos um filho em 2010.

O texto destaca que adolescentes pobres, negras ou indígenas e com menor escolaridade tendem a engravidar mais que outras adolescentes em nosso País.

É o resultado da falta de informação, somado à falta de políticas públicas de apoio e orientação a essas pobres mães que acabam por ter o seu futuro e o da criança prejudicados.

Geralmente essas mães precoces, quando deixam a escola, acabam por engravidar novamente, dificultando ainda mais a inserção no mercado de trabalho.

Sras e Srs. Senadores, pretendo, com este pronunciamento, chamar a atenção dos responsáveis pelas políticas públicas direcionadas aos jovens, principalmente nas áreas de educação, saúde e segurança.

É de grande importância, também, a definição de uma política séria que propicie aos jovens a oportunidade, fundamental, do primeiro emprego e, sempre que possível, em sua própria área de formação e qualificação.

É preciso incutir neles a esperança e a certeza de dias melhores. Não podemos esquecer-nos de que, em breve, a condução dos destinos do País estará entregue a esses jovens de hoje.

Era o que tinha a dizer.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Paim, eu também queria me somar às suas palavras e dizer que, condecorada que sou de sua trajetória, do seu comportamento nesta Casa, não poderia ser outra a sua postura. Eu sei das críticas que V. Ex^a tem ao Governo. Já fizemos alguns embates aqui, principalmente em matéria econômica, V. Ex^a fervorosamente defende suas posições, o que é correto, democrático, mas V. Ex^a tem esse espírito democrático e sabe reconhecer a vontade popular.

Então, eu queria me somar às suas palavras, agradecê-las também. E tenho certeza de que esse espírito público de V. Ex^a contribuirá muito para que o Congresso Nacional tenha uma postura equilibrada e responsável para com o País.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu gostaria de convidar V. Ex^a para reassumir a Presidência.

Eu vou falar agora, pela Liderança do PT. Em seguida, o Senador Telmário e, em seguida, o Senador José Pimentel.

A Sr^a Gleisi Hoffmann deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passamos a palavra neste momento à nobre Senadora Gleisi Hoffmann, como oradora inscrita, pelo tempo necessário para o seu pronunciamento.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente Paulo Paim.

Srs. Senadores, Sras Senadoras, quem nos ouve pela Rádio Senado, quem nos assiste pela TV Senado, é claro que o tema que me traz à tribuna, hoje, não é outro, senão falar sobre esse pedido de *impeachment* para a Presidenta Dilma. Durante esse final de semana, foram muitos os debates que nós fizemos pelas redes sociais, com análise de TV, de jornalistas da imprensa, com amigos, com correligionários – muito debate! E muito debate contrário ao *impeachment*, colocando-o como golpe.

Eu recebi, mesmo, em minhas redes sociais, várias críticas e comentários contrários às minhas posições, dizendo que não se tratava de golpe, mas que se tratava de *impeachment*. E que *impeachment* era algo previsto na Constituição da República e, portanto, tinha legalidade, e não feria o preceito democrático nem rompia o estado de direito. Bom, todos esses argumentos que vieram eu rebati, e gostaria de fazê-lo de novo desta tribuna, para que as coisas fiquem claras.

Não venho aqui apenas defender a Presidenta Dilma – todos me conhecem pela defesa que faço da Presidenta, do seu Governo, do projeto deste Governo –, mas defender a nossa Constituição, assim como muitas vezes a defendi no plenário desta Casa, mesmo quando a opinião pública exigia, ou quis exigir, de nós posturas diferentes. E é importante defender a nossa Constituição, é importante defender a legalidade, a institucionalidade, porque ela é uma para todos, para os bons e para os maus; porque também podemos ter aqui situações

em que injustiças vão ser cometidas, e, aí, nós não vamos poder mais recorrer à Constituição, porque já abrimos mão, de uma vez, para satisfazer a interesses que necessariamente não encontravam base ou respaldo na legalidade.

E por que eu digo que nós não temos juridicidade para o *impeachment*? Porque a Presidenta Dilma não cometeu nenhum crime. Se é verdade que o *impeachment* é um julgamento político, e ele é político, porque ele é feito pelo Senado da República, aliás, ele não é feito pela Câmara dos Deputados, a Câmara dos Deputados inicia o processo e autoriza o processo, e quem faz o julgamento do Presidente da República é esta Casa, é o Senado da República.

Ele é um julgamento político? É, mas ele carece de base jurídica, ele carece de crime determinado para ser feito. Não pode ser a bel-prazer do que pensa uma parte considerável ou não do Congresso Nacional, em relação à popularidade da Presidenta, ou de concordar ou não com o programa de Governo que esteja implantando. Tem que haver objetividade.

E eu pergunto: qual é a objetividade, o crime objetivo que nós temos em relação à Presidenta? A Presidenta, como eu disse, não roubou, não mandou dinheiro para o exterior, tem uma conduta ilibada. Aliás, o Senador Paulo Paim, que convive com ela há mais de 40 anos, fez aqui um depoimento sobre a seriedade da sua conduta. Então, nós não temos nenhum crime objetivo cometido pela Presidenta.

O que é que estão tentando dizer? Que há um crime de responsabilidade, por ela ter ferido a lei orçamentária, ou seja, não ter olhado para os pressupostos da Lei de Responsabilidade Fiscal e não ter cumprido com a lei orçamentária. Agora, sobre isso, há vários questionamentos.

E nós fizemos um grande debate nesta Casa, num primeiro momento, quando do relatório do Tribunal de Contas União, que foi um relatório enviado ao Congresso Nacional, pedindo a rejeição das contas da Presidenta Dilma, por causa das ditas pedaladas fiscais, ou por que ela editou decretos de realização de despesa sem autorização do Congresso Nacional. Então, vamos por partes: as pedaladas fiscais, como disse aqui o Senador Telmário, foi na realidade a autorização que o Governo deu para que a Caixa Econômica, o Banco do Brasil e o BNDES pagassem os programas sociais que eles operacionalizam pelo Governo, como é o caso do Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida e o Programa de Investimentos, para que o Governo depois reembolsasse. E isso foi feito.

E isso é uma situação que não foi feita só pela Presidenta Dilma. É uma situação que se deu em outros governos. Outros presidentes utilizaram desse mesmo método.

Aí disseram os Ministros do Tribunal de Contas: "Não. É porque o volume foi muito grande!" Ora, nós não podemos julgar um delito pelo seu volume; o delito é tipificado pela ação, não pela sua quantidade.

Portanto, se grande ou pequeno, se foi um delito agora, teria que ter sido um delito antes. E também teria que ter recebido o rigor do Tribunal de Contas da União. Então, o Tribunal de Contas da União prevaricou? Não mandou a esta Casa um relatório como deveria ter mandado, com a responsabilidade que se requer dele como órgão de contas?

Então, não cabe esse argumento do tribunal, até porque essa situação se resolveu no ano fiscal, que foi o ano de 2014. E nós votamos no Congresso Nacional, em 2014, a mudança da meta do resultado primário, encaixando, portanto, esse recurso que foi mandado aos bancos oficiais, para pagar os programas. Portanto, não há que se falar em crime.

"Editou decretos que autorizavam despesas sem autorização do Congresso Nacional." Desculpe-me, o Tribunal de Contas da União; desculpe-me, quem, nesta Casa, está recorrendo a esse argumento, porque vários decretos foram editados por outros presidentes.

Eu posso citar aqui o Presidente Itamar Franco, que fez vários decretos que não tinham autorização da Casa. Depois o Congresso Nacional, através de créditos extraordinários, acertou e ajustou o Orçamento da União, como aconteceu agora.

Por que só a Presidenta Dilma vai ser julgada? Porque ela está impopular? Porque as pessoas não gostam dela? Porque ela não tem um programa que se assente ao que a maioria da Casa ou ao que a maioria dos Ministros do Tribunal de Contas quer? Não pode ser assim. Já houve outros presidentes impopulares, já houve outras situações de oposição sistemática e nem por isso houve *impeachment*.

Eu também estive nas minhas redes sociais e ouvi críticas dizendo: "Mas vocês apoiaram ou pediram um *impeachment* de Fernando Henrique, apoiaram ou pediram um *impeachment* de Fernando Collor". É verdade, nós éramos oposição e fizemos um embate político, mas entre apoiar e pedir *impeachment* e abrir um processo de *impeachment* há diferença.

Não foi lida, na Câmara dos Deputados, pelo Presidente da Câmara, à época, a abertura de um processo de *impeachment* contra o Presidente Fernando Henrique Cardoso. E contra o Presidente Collor, quando foi lido, havia um fato concreto, estavam lá dizendo que havia evidências de que o Presidente tinha se beneficiado de

uma situação de corrupção. Depois houve uma discussão, inclusive, jurídica, mas havia fato objetivo, era diferente. Então, não pode haver o mesmo julgamento e a mesma conduta.

Não há, portanto, crime de responsabilidade fiscal da Presidenta em relação a 2014, até porque, Presidente, Paulo Paim, para existir um crime de responsabilidade em relação a 2014, o Congresso Nacional teria que ter votado essas contas de 2014. Nós só temos um parecer do Tribunal de Contas, que é órgão auxiliar do Congresso Nacional, que manda para cá um parecer pela rejeição, cujos fundamentos são questionáveis – e nós já alertamos aqui. Para haver o crime, teria que ter havido uma votação pelo Congresso Nacional. Aí, sim, poderia caber a leitura de abertura de um processo de *impeachment*. Ainda assim, seria questionável, pelos motivos que levaram o Tribunal de Contas da União a apresentar esse voto contrário às contas da Presidenta em 2014.

Ouço, com prazer, o Senador José Pimentel.

O Sr. José Pimentel (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Senadora Gleisi, hoje, pela manhã, 30 juristas, professores universitários, advogados, pessoas especialistas em Direito Constitucional estiveram com a Presidenta Dilma, fazendo a defesa da legalidade e do seu mandato, na mesma linha em que V. Ex^a aqui faz a sua exposição, deixando claro que não existe pedalada na Lei de Responsabilidade Fiscal, nem na Constituição Federal, para justificar *impeachment* ou cassação de mandato. Mais ainda, desde a Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000, a Lei Complementar nº 101, todo ano há, no final do ano, um ajuste formal, aprovado pelo Congresso Nacional, para que você possa conciliar o exercício entre as receitas e as despesas pagas. Ainda em 2001, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que não era muito afeito a levar a voto as suas matérias no Congresso Nacional, para ajustar as suas contas no primeiro ano após a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), editou uma medida provisória. E, naquela época, como V. Ex^a sabe, as medidas provisórias não tinham data para serem votadas. Aliás, até hoje, em pleno ano de 2015, nós temos medidas provisórias editadas nos anos de 1995 e 1996, no primeiro governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso. A partir de 2002, final do governo Fernando Henrique Cardoso, nós aprovamos uma emenda constitucional determinando que a medida provisória tem validade de apenas quatro meses. Se, em quatro meses, não for convertida em lei, ela perde a sua validade e consequentemente os seus efeitos são vencidos ali. De lá para cá, todo ano, sem exceção, há um projeto de lei para ajustar as contas do Executivo naquele ano. Na última quarta-feira, por 316 votos a 99, a Câmara dos Deputados aprovou o chamado PLN 5, que é exatamente isto: a conciliação de todas as obrigações pagas no ano de 2015 com as receitas do ano de 2015. E o Senado, por 46 votos a 16, ratificou a decisão da Câmara Federal. Portanto, esses 30 juristas da mais alta especialização em Direito Constitucional foram à Presidenta Dilma protocolar um conjunto de informações, dizendo à Sr^a Presidenta que aqueles que foram derrotados nas urnas, como aconteceu em 1950, com Getúlio Vargas, como aconteceu com Juscelino Kubitschek, que nunca tiveram votos para chegar ao governo pela porta da frente da via democrática, que é o voto, querem dar mais um golpe. Lá, em 1950, com aquela postura, levaram o melhor Presidente do mundo trabalhista, que criou o salário mínimo, que criou a estrutura da infraestrutura brasileira – entre essas, a Petrobras –, a dar um tiro no peito para não aceitar o golpe de Estado. Em seguida, com a eleição de Juscelino Kubitschek, fizeram tudo para que Juscelino tomasse posse e, ao final, na sua sucessão, lançaram um candidato que tinha, como lema, uma vassoura para varrer, segundo eles, a corrupção do maior corrupto do Brasil, que eles diziam que era Juscelino Kubitschek. Aliás, esses meios de comunicação que hoje estão contra Dilma são os mesmos que, com outros nomes, estiveram contra Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek e não queriam a posse de João Goulart. Ele tomou posse, e depois patrocinaram o golpe em que Brizola tratava da legalidade para enfrentar... Aliás, João Goulart só tomou posse porque havia um governador, na época, no Rio Grande do Sul, chamado Leonel Brizola, que fez uma frente nacional em defesa da legalidade. Quando você pega esses quatro grandes eventos, na matriz deles, estão os mesmos conservadores que nunca aceitaram que os mais pobres também pudessem participar da riqueza brasileira. Por isso, quero parabenizar V. Ex^a. Não tenha dúvida de que novamente o golpe não passará.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Pimentel.

Quero fazer do seu discurso parte integrante deste pronunciamento, pela qualidade, pela clareza com que V. Ex^a se referiu à legalidade e também ao posicionamento de juristas que estiveram hoje com a Presidenta Dilma.

Durante o final de semana, pude acompanhar o pronunciamento, o posicionamento do grande jurista Celso Bandeira de Mello e também de Dalmo de Abreu Dallari, ambos de forma muito firme, colocando que não existe fato jurídico, juridicidade, tipicidade, para que a Presidenta Dilma pudesse ter um processo de *impeachment* lido e aberto pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

V. Ex^a tem razão, também não podem se apegar ao Orçamento de 2015, a um parecer de um procurador do TCU. Em cima desse parecer que nem julgado pelo Pleno do Tribunal de Contas da União foi ainda, a oposição e setores aqui da Casa colocam que, em 2015, também a Presidente Dilma fez e continuou fazendo as pedaladas.

Nós aprovamos, como disse aqui o Senador Paim, por um número muito expressivo de votos de Deputados e Senadores, o PLN 5. E o que é o PLN 5? Nada mais do que fazer um ajuste das metas fiscais, do resultado fiscal. E resultado fiscal não é um fim em si mesmo. A meta de resultado primário pode ser mudada. Eu posso ter um resultado superavitário ou posso ter um resultado deficitário, de acordo com a conjuntura econômica do meu País. O que eu não posso é colocar, em cima das costas do povo brasileiro, da maioria da população, a restrição econômica que estou vivendo no momento, cortar programas sociais, cortar programas que são importantes para a manutenção básica das pessoas. Isso eu não posso fazer. E a Presidenta agiu com a responsabilidade de uma estadista. Ela está pagando um preço por essas críticas, mas tenho certeza de que, com todo o debate que nós estamos fazendo sobre essa situação do *impeachment*, ela vai sair fortalecida.

Eu me pergunto se *impeachment* serve para afastar presidente ou governante com baixa popularidade, Senador Paim, porque, se servir, nós temos que afastar vários, no nosso País, a começar pelo Governador do meu Estado e o do seu Estado também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Do meu também. E, em nenhum momento, nós levantamos essa possibilidade.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – No meu Estado, inclusive, além da baixa popularidade e de ter agredido professores, há também denúncias graves de corrupção envolvendo o Governo. E ele fez uma mudança na lei orçamentária: mudou o resultado primário, Senador Pimentel, não no decorrer do exercício financeiro; ele mudou o resultado primário de 2014 em 2015, seis meses depois de fechado o exercício financeiro. Se é para caracterizar como crime de responsabilidade fiscal, está aí, então, caracterizado.

E eu me pergunto: por que o PSDB não tem a postura em relação ao seu Governador tucano no Paraná? Por que não tem esse mesmo rigor, sabendo que ele teve uma gestão temerária na área fiscal? Eu gostaria que estivesse aqui o Senador Aécio Neves e os Líderes da oposição para que falassem sobre isso.

Aliás, hoje, numa coluna do jornal *Folha de S.Paulo*, muito bem escrita, era lembrado o posicionamento do então Senador Tancredo Neves, quando denunciou, do plenário desta Casa, do Senado da República, quando um Senador declarou vago o cargo de Presidente da República de João Goulart, consequência dessa história que o Senador Pimentel aqui estava nos contando. Não queriam deixar Jango assumir. Ele assumiu, mas depois, mesmo assim, impetraram o golpe e declararam vago o cargo de João Goulart.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me? Eu li também a matéria e vou dizer o que li – um pedacinho que faltou, acho, na sua lembrança. Ele que era um homem tranquilo, muito equilibrado, levantou e disse: “Canalhas, canalhas, canalhas”.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Exatamente. E é muito triste ver que, tanto tempo depois, o seu neto, numa situação semelhante, tem uma postura extremamente contrária da que seu avô tinha. Eu quero lamentar isso.

Concedo um aparte ao Senador Telmário.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senadora Gleisi, V. Ex^a vem a essa tribuna, eu diria, de coração aberto, para tratar, com muita serenidade, sobre esse assunto, porque ele exige isso não só dos Parlamentares brasileiros, como de toda a sociedade brasileira. É um momento muito sério para a democracia, que custou muito àqueles que tiveram coragem de enfrentar a baioneta, os cães, os tanques. Hoje V. Ex^a traz um histórico até de procedimentos, de forma muito franca e aberta, conversando com a sociedade, e cita a fala da oposição com relação a *impeachments* solicitados, mas que não passaram da retórica do discurso, não se consumaram, não houve uma abertura do processo de cassação, exceto o do Senador Fernando Collor de Mello, porque ali houve ingredientes que unificaram a sociedade brasileira, a sua representatividade, o que levou àquela cassação. Olha, eu já vi o Senador Collor voltar a essa tribuna e dizer que o Judiciário posteriormente o inocentou. Imagine este momento de fragilidade econômica, de crise pela qual passa o País, fomentada e gerada por essa oposição e, principalmente, pelo Sr. Eduardo Cunha, cujo currículo é carregado de corrupção. Ele tem um currículo que, talvez, os maiores criminosos do Rio de Janeiro tenham inveja da sua distância curricular, ou melhor, da sua ficha curricular. Talvez um avião grande não dê conta de carregar o volume se imprimirem as denúncias contra o Sr. Eduardo Cunha. Isso é horrível. Isso é muito ruim para a democracia brasileira. Com qual autoridade o Congresso, os Parlamentares e especialmente esse Presidente da Câmara colocam em julgamento uma pessoa que foi eleita democraticamente, pelo voto e pela vontade popular? É verdade que ela hoje tem uma aprovação não desejada, mas os políticos, de modo geral, têm uma aprovação menor que a dela. Se é para tirá-la em função da aprovação que tem, que se tirem todos, que façamos uma eleição geral. Mas ainda não é o caminho, porque, quando o povo vota num momento desses, acaba elegendo alguns humoristas – nós os temos visto ao longo da vida, com todo respeito aos humoristas, que trazem alegria, felicidade. Aqui nos cabe fazer as leis brasileiras. Quero parabenizar V. Ex^a por trazer à baila nessa tribuna esses esclarecimentos tão fundamentais. As pessoas hoje são bombardeadas por alguns meios de comunicação, como muito bem

ponderou o Senador pelo Estado do Ceará, José Pimentel. Esses meios de comunicação estiveram envolvidos, direta e indiretamente, nos momentos mais negros e tristes da história brasileira. Neste momento, Senador Paulo Paim, nós precisamos, sim, fazer uma trincheira para resguardar a Constituição brasileira, para resguardar as leis brasileiras. Não vamos nos curvar diante dos holofotes tendenciosos de uma mídia implacável, de interesses desconhecidos. É importante que usemos a tribuna desta Casa como V. Ex^a está fazendo – e eu a estou aparteando. A Rádio Senado e a TV Senado são de extrema confiança, e a população vê isso. As pessoas estão buscando o seu verdadeiro esclarecimento. O meu Estado é composto de 15 Municípios. Agorinha, recebi uma mensagem de uma senhora de São João do Baliza. De cada localidade, há várias manifestações, porque fazemos parte desses grupos sociais – como diz o caboclo, do “Zapzap”.

(Soa a campainha.)

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – E ela dizia assim:

Senador, não estou dormindo. Pela mídia, não votei na Presidente Dilma. Não votei na Presidente Dilma, votei no Senador Aécio Neves, mas estou triste com ele. Votei nele pelo avô dele. Eu amava o avô dele. E hoje ele ir para a mídia para se contrapor exatamente àquilo que o avô dele ontem defendeu? Esse rapaz não pegou o ensinamento do avô dele. Estou triste, me arrependi. Não deixe a Dilma cair não. A Dilma, ela é coisa nossa.

Essa mulher tem feito essas manifestações. Outra me disse: “Aqui, agora...

(Interrupção do som.)

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Quer me passar o telefone? O telefone tocou, saí daqui, e uma mulher dizia:

Senador, estou vendo vocês aí, na tribuna. Diga ao Brasil que a minha filha, Cris, acabou de receber o certificado dela de enfermeira, graças ao Fies. Acabou. Não receberia nunca, porque não teria dinheiro para fazer uma universidade particular. E querem cassar a Dilma!

Senador Cristovam Buarque, estadista brasileiro que está neste plenário honrando... Querem cassar a Dilma, que ajudou a formar várias Cris Brasil afora. A senhora já imaginou, Senadora Gleisi, um cidadão que chega em casa – o da lamparina – e recebe o Luz para Todos? Chegou a prosperidade, chegou ali o sonho. Ele nunca teria dinheiro para colocar aquela energia ali. Pelo custo dessa energia, querem cassar a Dilma. Assim é com o Prouni, Pronatec, Bolsa Família. Senador Pimentel – o Ceará sempre colocou pessoas sábias – V. Ex^a tem razão: os ricos, em sua grande maioria, não gostam de dividir a riqueza brasileira com o povo. Quero parabenizar V. Ex^a.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito bem, Senador Telmário Mota. Agradeço o seu aparte, que também integro ao meu pronunciamento.

Eu queria falar, para corroborar o que V. Ex^a está dizendo, que, se nós estivéssemos tão errados no que nós estamos defendendo aqui – que esse *impeachment* é uma manifestação golpista, sim, contra a Constituição e a democracia – nós não teríamos manifestações de entidades tão importantes e com tanta credibilidade junto à sociedade como nós tivemos, neste final de semana, a favor da Presidenta Dilma e contra o processo de *impeachment*. Esse foi o caso da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), do Conic (Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil) e de outras entidades, de muitas outras entidades, como a União Nacional dos Estudantes, a União Brasileira dos Estudantes, as centrais sindicais, enfim, todas se manifestando contra o processo de *impeachment*.

Então, não é possível que nós... Dizem: “Ah, vocês são do PT. Vocês são pró-Dilma, vocês são do Governo. Por isso é que vocês a estão defendendo”. Não é só por isso, é porque estamos defendendo a legalidade, a constitucionalidade. E nós queremos que este País tenha tranquilidade para sair da crise econômica em que está. Aliás, é uma crise que foi muito mais criada por uma crise política do que necessariamente por questões econômicas. Enquanto nós estamos vendo economias do mundo se mobilizarem para estudar o Brasil e farem investimentos aqui, nós estamos vendo setores econômicos do Brasil, principalmente do mercado financeiro, apostarem numa crise – é o “quanto pior melhor”.

Aliás, setores do mercado financeiro neste final de semana estavam se mostrando alegres com a abertura do *impeachment*, porque “Enfim, havia a possibilidade de se resolver isso, de nós termos um outro governo, de termos um governo de união nacional”. Como nós vamos fazer a união nacional? O mercado financeiro não derrama uma lágrima por uma pessoa morta. Aliás, nós vimos isso no caso de Mariana, em que o mercado financeiro chorou porque as ações da empresa que estava envolvida caíram, e não pelas pessoas que morreram, pelas casas que foram perdidas.

Então, não é com essa gente que nós temos de fazer aliança prioritária. Nós temos de fazer aliança prioritária é com o povo brasileiro, com o setor produtivo que dá emprego. E isso esta Casa, este Congresso Nacional, o Senado da República, tem a obrigação de fazer.

Por isso, temos que ajudar a Presidenta Dilma nas medidas do ajuste e nas saídas para a questão da economia. Não é apoiando o *impeachment*, não é fazendo um discurso fácil e rasgando a nossa Constituição que vamos resolver o problema.

Tenho certeza de que a união nacional que tanto se quer é uma união nacional com base num programa que respeita o direito dos trabalhadores, as conquistas que tivemos até aqui, as garantias constitucionais. Também tenho certeza de que aqueles que estão junto com a Presidenta Dilma neste Governo, que fazem parte do seu Governo, estarão ao lado da legalidade, da constitucionalidade e do povo brasileiro.

O Senador Paulo Paim, que aqui me antecedeu, disse não querer ver traições de novo nesse processo. Eu também penso assim, Senador Telmário, que assume agora a Presidência deste Senado. Nós queremos ver, sim, posicionamentos claros de quem é a favor e de quem é contra, mas quem está no barco tem que ajudar o timoneiro a chegar do outro lado, porque não há, nessa passagem, nenhum percalço que fira a Constituição ou que dê condições ou base jurisdicional para haver um afastamento presidencial.

Também concordo plenamente com o Senador Paim: seria uma indecência de nossa parte tirar férias, ter recesso parlamentar com a crise que estamos vivendo. Coloca-se o *impeachment*, e o Congresso vai para casa? Muitos vão para o exterior divertir-se ou descansar, outros vão para a praia. E o povo fica esperando voltarem em fevereiro, depois do Carnaval? A Oposição está apostando tanto assim em carnaval? Quer deixar passar o Carnaval? Quer fazer mobilização para desestabilizar?

A economia não tem esse tempo. Nós não podemos colocar o País de joelhos diante da vontade da Oposição de fazer política fácil. Não podemos permitir isso. Nós temos a obrigação de ficar em Brasília, de discutir o elemento de uma grande crise política, porque nós somos políticos. Nós fazemos a política no dia a dia e temos que dar resposta à população brasileira.

Por isso, tenho certeza de que o Presidente do Congresso Nacional, nosso colega Senador Renan Calheiros, que tem tido uma posição sempre muito equilibrada, vai convocar este Congresso, sim, para que fiquemos aqui fazendo o debate, a discussão, e para que possamos apresentar uma solução, o mais rapidamente possível, à população brasileira, à sociedade brasileira. E que não deixemos a economia se contaminar ainda mais com as brigas e com as discussões políticas. É essa a responsabilidade que temos para com o povo brasileiro.

Quero dizer aqui que faço esta defesa, de novo, não só pela Presidenta Dilma: faço esta defesa pela Constituição do Brasil, faço esta defesa pela legalidade, pela democracia.

Há aqueles que fazem o discurso fácil, o embate fácil de um contra o outro. Não é assim que nós vamos resolver. Nós podemos ter divergências. Dentro da nossa Base, inclusive, há divergências – o próprio Senador Paim colocou isso aqui. Tenho certeza de que vamos discutir ainda inúmeras matérias econômicas, desde aumento de juros, redução, até questões voltadas à tributação, à sustentabilidade dos programas sociais. Vamos ter posições favoráveis, posições contrárias, mas agora não é disso que se trata. Agora se trata de preservar aquilo que é a riqueza deste País, que é a riqueza que nós conquistamos tão arduamente: a democracia brasileira, a institucionalidade e a legalidade.

Por fim, Sr. Presidente, eu queria apenas manifestar minha solidariedade aos estudantes de São Paulo. Senador Cristovam, eu já vim a esta tribuna manifestar solidariedade, estive lá...

O Sr. José Pimentel (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Eles foram vitoriosos, Senadora!

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Foram vitoriosos, exatamente. Meninos de 13, 14 anos, estudantes secundaristas...

Fiquei emocionada, porque comecei minha militância no movimento estudantil secundarista: fui presidente do meu grêmio estudantil, fui presidente da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Curitiba e da União Brasileira dos Estudantes, que hoje tem uma presidente, Camila Lanes, que é paranaense. Eu fiquei muito emocionada ao ver aqueles meninos em São Paulo, na frente da escola, dentro da escola, lavando a escola, limpando os banheiros, limpando a cozinha, lutando para ter a escola aberta, fazendo um questionamento a uma política de Estado. E aí, de repente, vem a polícia para cima desses estudantes... Não posso nem criticar a polícia, porque ela foi mandada, assim como mandaram a polícia do Paraná para cima dos nossos professores.

Acho que a frase que melhor resume essa situação é a de um menino na rede. Não lembro o nome dele agora, mas, como diz meu filho, bombou: "O PSDB começou o ano batendo em professor no Paraná e terminou o ano batendo em estudantes em São Paulo, fez o serviço completo contra a educação".

Concedo um aparte ao Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senadora, em primeiro lugar, quero manifestar aqui também a minha solidariedade aos estudantes e dizer que me alegro quando vejo estudantes

nas ruas se mobilizando – e, nesse caso, tendo uma vitória. Espero que isso se alastre Brasil afora, porque precisamos dessa meninada mobilizada. Segundo, quero dizer que concordo também que não é hora de irmos para recesso. O povo não vai entender se tirarmos férias neste momento. Terceiro, voltando ao tema anterior, eu gostaria de fugir um pouco do debate que está sendo feito: “sim” ou “não” ao *impeachment*. Talvez seja um defeito meu tentar sempre pensar sobre o depois. Se não houver *impeachment* e se houver *impeachment*, o que a gente vai fazer? Eu temo que, havendo *impeachment*, nós tenhamos um Presidente que vai pegar uma herança muito difícil, que a própria Presidente Dilma está enfrentando – ela própria reconhece que a situação que ela enfrenta é difícil. Com o PT na oposição – e não só o PT, outros partidos –, numa campanha muito forte contra ele. Eu prevejo um período muito difícil. Se não houver o *impeachment*, eu creio, Senador Telmário, que há duas alternativas. Uma alternativa, que eu temo muito, é que o PT, o PDT e os outros partidos façam uma comemoração imensa, dizendo: “Olha aí – perdoaram todos os nossos defeitos. Estamos no caminho certo. Tem de acabar até a Lava Jato. Isso tudo é invenção, é mentira. Houve um perdão geral.” Ou uma terceira alternativa que eu tento aqui, desde o começo do ano: é a Presidente entender que tem de mudar o rumo; não necessariamente mudar o nome da Presidente. Tem de mudar o rumo. Em vez de comemorar e dizer “fomos perdoados dos erros”, dizer: “De fato, o povo na rua está querendo substituir a Presidente.” Legalmente, não houve argumentos, por isso não teria passado o *impeachment*. Mas chegou a hora de a Dilma, pós essa votação, ser diferente: entender que cometeu erros, reconhecer esses erros, dizer que quer dialogar, mas de verdade, não apenas na fala. Como eu disse para ela quando fui lá em outubro, com um grupo de outros cinco Senadores: a Dilma ser a itamar dela própria, num governo de coalizão, de união, olhando para distante. Ela, inclusive, dizer com clareza que não tem mais nenhum dos partidos, a não ser o partido Brasil, e tentar construir aquilo que a gente precisa para atravessar os próximos meses, porque com *impeachment*, sem *impeachment*, eu prevejo meses muito difíceis. O Governo Dilma continuando, não havendo argumentos legais para justificar o *impeachment* – e eu espero que a votação não seja política, seja legal –, ela vai ter muita dificuldade, até porque essa ânsia que está aí fora e que não se preocupa com legalidade ou não, porque tem uma legitimidade própria, que é a do povo, não vai ficar quieta. Vai ter muita dificuldade. Se passar o *impeachment* e o presidente for o Temer, ele não pense que vai ter um governo tão fácil como teve o Itamar Franco. Vai ser muito difícil. Então, eu estou olhando o depois, Senadora. Eu não estou olhando o agora, eu não estou olhando o voto que eu daria agora se chegar aqui. Acho que isso vai exigir muito tempo, muita reflexão, muita análise, porque eu não quero ficar na história como o Senador que derrubou o presidente eleito, a não ser que haja argumentos tão fortes, que eu não quero ficar na história como quem fechou os olhos para coisas erradas. Mas eu já estou pensando lá na frente: o que vai ser do Brasil, com *impeachment* ou sem *impeachment*? Eu não vejo meses e anos fáceis no futuro. Não vejo. Não vejo, qualquer que seja o resultado dessa votação. Seja para arquivar logo agora, na comissão, seja para dar continuidade e chegar aqui, seja arquivando, seja definindo o *impeachment*, eu vejo um período muito difícil. E eu não vejo a gente debatendo isso. Eu acho que o fla-flu, como eu tenho chamado já há algum tempo, entre quem é favor de *impeachment* e contra *impeachment* está cegando a gente para ver que, lá na frente, qualquer que seja a resultante, vai ser muito difícil. Esse fla-flu, que a gente pode até simbolizar entre PT e PSDB, a meu ver, está cegando o Brasil inteiro. Está na hora de que o fla e o flu, que são as duas grandes vertentes poderosas – nós outros somos apenas coadjuvantes – abram os olhos e percebam que o futuro do Brasil não está no *impeachment* ou no não *impeachment*, está na retomada da credibilidade de todos nós – não é da Presidente não, é de todos, todos nós! Sem isso, a gente não vai para a frente. A definição, com unidade, do marco de ajuste fiscal, em que a gente tem que fazer mesmo, e, terceiro, a definição de linhas de algumas reformas fundamentais para o longo prazo. Eu temo que, mais uma vez, como nós fomos cegados pelo pré-sal, que ia resolver tudo, nós, agora, estejamos sendo cegados pelo *impeachment*, que resolveria tudo de um lado ou do outro. Não vai resolver, qualquer que seja o lado. E nós precisamos muito abrir os olhos e refletir o dia seguinte a esse processo que estamos fazendo agora.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito bem, Senador Cristovam, quero parabenizar V. Ex^a pela visão sempre clara, firme. Podemos divergir, mas tenho que reconhecer sua sabedoria e a experiência e sempre a orientação que V. Ex^a trouxe no sentido de que precisamos, de fato, ter uma visão de futuro e construir algo que possa nos unificar, e não apenas divergir.

Agora, pode ter certeza de que, não prosperando o *impeachment*, e tenho convicção de que não prosperará, porque não tem base jurídica, V. Ex^a não vai me ver comemorando. Tenho preocupação com o meu País e quero estar ao lado de Senadores como V. Ex^a e tantos outros colegas aqui, ajudando a Presidenta a encontrar o caminho. Sei que vamos ter desafios muito grandes, mas, quanto a esses desafios, temos que fazer valer o voto popular que tivemos e que nos trouxe a esta Casa para que a gente possa ajudar a resolver.

Então, quero que V. Ex^a tenha isso de forma muito clara. Vou estar aqui junto, ajudando, e sei também dos problemas que temos e do esforço que temos que fazer para resolvê-los.

Queria encerrar aqui, Sr. Presidente, agradecendo os apartes que tive dos colegas. Acho que estamos fazendo um debate aqui para o Brasil, mostrando a preocupação que temos em relação ao futuro deste País, ao momento que vivemos, à defesa da nossa Constituição e, principalmente, da nossa democracia e terminar aqui fazendo um reforço.

Não dá para este Congresso Nacional parar nesse período. A população não vai entender uma atitude dessa nossa. Se nós sairmos daqui em recesso ou tirarmos férias, nós vamos ser muito cobrados, e com muita razão, porque estamos vivendo uma crise política, e é na política que nós temos que resolver. E somos nós os responsáveis por essa condução.

Então, temos aqui a primeira responsabilidade e a primeira decisão a tomar, que é o funcionamento desta instituição Congresso Nacional nesse período de janeiro, fevereiro, até quando for necessário.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Srª Gleisi Hoffmann, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Telmário Mota.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Convido a Senadora Gleisi Hoffmann para assumir a Presidência. Eu sou o próximo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, eu gostaria de ser inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Já está colocado nos autos.

Senador Pimentel está inscrito como orador normal.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE. *Fora do microfone.*) – Inscreva-me como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Então, como o Senador Pimentel se inscreveu como Líder, vou conceder a palavra ao Senador Cristovam, para uma comunicação inadiável. (Pausa.) V. Exª falará depois de mim? Obrigado, então, pela gentileza.

O Sr. Telmário Mota deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pela Srª Gleisi Hoffmann.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com a palavra, o Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente, Senadora Gleisi Hoffmann; Senadores e Senadoras, telespectadores e telespectadoras da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, como não poderia ser diferente, hoje, os olhos do Brasil estão voltados para esta Casa, para o Congresso de modo geral.

A situação política atual, com essa decisão desastrosa do Deputado Eduardo Cunha, colocando em processo o *impeachment* da Presidente Dilma, naturalmente criando aí um pano de fundo, de uma forma raivosa, vingativa, usando o Parlamento brasileiro, a Casa do Povo, que é a Câmara Federal, num ato de total desespero, naquele sentido de que “eu caio, mas eu levo alguém comigo”, numa demonstração absoluta de que não há nele nenhum sentimento nacionalista, de brasiliadade, patriótico, mas sobretudo, de espírito público.

Portanto, Srª Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, ontem fomos dormir sob uma imensa e vergonhosa dúvida sobre a que ponto a imoralidade ética chegou ao Congresso Nacional. Presume-se que o indivíduo escolhido para presidir um órgão da importância da Câmara dos Deputados seja alguém de reputação ilibada e caráter irretocável. Esse é o sentimento. Infelizmente essas características não estão presentes na pessoa do Deputado Eduardo Cunha, ora Presidente da Câmara Federal.

Esta semana, o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados tentou se reunir mais de uma vez para analisar o pedido de abertura de processo de cassação de mandato contra o Deputado Cunha por ele ter se apoderado de dinheiro público e enviado ao exterior sem declarar à Receita Federal nem pagar os impostos devidos.

Sr. Presidente, José Pimentel, esta é a pergunta que não quer calar: por que ele não informou às autoridades brasileiras sobre essa remessa? Aí a grande interrogação, porque as acusações são de que não era dinheiro ganho com o suor, como fazem milhões de brasileiros todos os dias quando pegam o metrô, quando vão para as fábricas, para os escritórios, para os postos de saúde, o gari, o advogado, o médico. Por que esse dinheiro não foi declarado, Senador Cristovam? Não tem que responder porque V. Exª não faz parte de quadrilha. É uma pergunta no sentido de não haver explicação. Ora, era dinheiro fruto da roubalheira, que muitos chamam de corrupção, porque, se rouba uma motocicleta, uma bicicleta, ele é ladrão e, se rouba dinheiro público, ele é corrupto. Já muda o tom da viola, a linguagem e o adjetivo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Veín, que orgulha o nosso Piauí e o PTB, nosso histórico Partido Trabalhista, esse dinheiro do Sr. Eduardo Cunha que foi para o exterior não era o dinheiro dos hospitais? Não era o dinheiro da educação? Não era o dinheiro das nossas estradas? Não era o dinheiro da nossa casa e da nossa vida?

Não era o dinheiro que pavimentava as nossas ruas? Que iluminava as nossas avenidas? De quem era esse dinheiro?

É tanto dinheiro que muitas Megassenas não alcançam. Não alcançam. Ele é acusado de esconder na Suíça mais de R\$32 milhões. É dinheiro que eu, como auditor de banco, nunca contei. E trabalhei 19 anos e, sempre que chega nas agências, tinha que contar o dinheiro do caixa.

Dinheiro público, em nome dos seus familiares. Saiu calado. Calado! Saiu mudo, às escondidas. Esse cara é que tenta paralisar o Brasil. É esse senhor que se acha na autoridade de abrir um processo de cassação de uma Presidenta que tem o nome totalmente ilibado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Senador Telmário, o Deputado Eduardo Cunha, ao assumir a Presidência da Câmara dos Deputados, em fevereiro de 2015, inicia este ano com a chamada “pauta bomba”, cujo objetivo era inviabilizar a economia brasileira.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – E tornar impopular a Presidenta da República.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Ao mesmo tempo, aprovando um conjunto de medidas contra os mais pobres. De imediato, reduziu a maioridade penal, para pegar as nossas crianças e, em vez de levá-las para escola de tempo integral, cuja ideia o Senador Cristovam Buarque é um dos elaboradores, queria levá-las para os presídios, para que saíssem pior do que chegaram.

Em seguida, resolveu aprovar o projeto de armamento. Enquanto o resto do mundo luta pela paz, pelo desarmamento, inclusive os Estados Unidos, aqui faz-se exatamente o contrário: revoga-se o Estatuto do Desarmamento, que foi aprovado no Congresso Nacional, e passa-se a criar a lei do armamento, para beneficiar a indústria bélica e aqueles que fabricam armas, para eliminar as pessoas no Brasil.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador José Pimentel, que ora preside esta Casa, para honra deste Senado, eu incorpoço à minha fala essas informações tão boas e tão preciosas, para esclarecer a nossa sociedade.

Até agora foram descobertas 23 contas em quatro países. Imaginem o procedimento – eu que fui auditor –, o cara sai abrindo contas tentando despistar, camuflar, como sabe o Coronel Arthur, que está ali, ou seja, vestir uma roupa na cor da natureza para ninguém ver. Ele tenta camuflar o dinheiro que saiu calado.

Senador Raimundo Lira, que acaba de chegar a este plenário, o desvio de todo esse dinheiro já foi provado e comunicado oficialmente pelo Ministério Público e pelas autoridades suíças. Está provado com vasta documentação.

Mas para tentar desviar a atenção do seu processo de cassação, ao invés de provar que é um homem honesto, o que fez o Deputado Eduardo Cunha? O que fez ele? O que fez ele? Acatou um pedido de *impeachment*, que estava engavetado, a título de chantagem e de revanchismo e de rancor e de ódio e de negociação contra a Presidente Dilma.

É por isso que esta Casa não pode parar. Este Congresso tem que ir a fundo agora. Temos que levar esse processo ao seu final. Nós temos que respeitar o povo brasileiro, que já foi roubado pelo Sr. Cunha. E não vamos parar o Brasil pelo bel-prazer de um homem que está mandando dinheiro às escondidas, sem pagar as suas divisas, sonegando o Fisco, abrindo contas camufladoras na Suíça e em mais quatro países. Não podemos cruzar os braços diante de uma crise que ora foi imposta pelo Sr. Eduardo Cunha, para fazer um pano de fundo de sua possível cassação na Comissão de Ética.

Sr. Presidente, finalizo deixando a seguinte pergunta ao Deputado Cunha – e olha que cunha é uma coisa boa; cunha é uma coisa para ajustar alguma coisa. Eu me lembro da cunha que se coloca em carro de boi. Quando ele está desigual, você bota uma cunha para melhorar. Essa cunha que entrou aqui foi para mandar dinheiro para fora, é uma cunha que não serve.

Por que essa raiva contra a Presidente Dilma, se ela não desviou dinheiro público nem abriu conta no exterior? É a Presidente Dilma culpada de ele abrir 32 contas em quatro países, de mandar dinheiro às escondidas? O que tem a ver a Presidente Dilma com isso? O que tem o povo brasileiro?

Vamos acordar, Brasil! Vamos acordar, Brasil! Estamos a um golpe malicioso por um chefe de quadrilha treinado para desestabilizar o Brasil, para criar um clima de que o Brasil não tem solução, para criar um clima de que não há governabilidade, para esconder debaixo do tapete sujo de seus procedimentos, de um currículo nojento, a verdade, que não é transparente em grande mídia nacional. Entendo que o Presidente da Câmara que esteja sob investigação pelo Supremo Tribunal Federal não tem condições morais para presidir uma Casa de tamanha importância.

Estou apresentando proposta de emenda à Constituição, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para que o Presidente de qualquer Casa do Poder Legislativo seja afastado do cargo a partir da abertura de processo investigatório no Supremo Tribunal Federal. Aqui está a minha proposta de emenda à Constituição. Nós queremos dar esse cunho, para evitar que sejamos presa fácil de um manipulador sem escrúpulo como é o Sr. Cunha.

Eu gostaria que o Supremo Tribunal Federal, assim como fez analogia para punir o Senador Delcídio, cujo crime não está escrito que era inafiançável, e não houve o flagrante, mas, por analogia e pela gravidade, o Supremo o prendeu e esta Casa endossou...

O Sr. Cunha não está atrapalhando uma investigação policial, está atrapalhando o desenvolvimento, o crescimento e a vida de uma nação. Está na hora de tomarmos uma decisão sobre ele.

Era essa a minha fala, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Telmário Mota, a Srª Gleisi Hoffmann deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Eu convido o Senador Telmário para assumir a Presidência porque eu sou o próximo orador.

O Sr. José Pimentel deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Telmário Mota.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Dando continuidade ao trabalho desta Casa, vamos à tribuna, com o Senador José Pimentel, do Ceará.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Telmário Mota, Sras Senadoras e Srs. Senadores, o Brasil registrou, na semana passada, um ataque violento ao Estado democrático de direito: o Presidente da Câmara dos Deputados, o Sr. Eduardo Cunha, autorizou a abertura do processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, sem que haja qualquer sustentação legal e formal. Fez isso porque o Partido dos Trabalhadores resolveu não aceitar sua chantagem e orientou e determinou que os seus membros do Conselho de Ética da Câmara Federal deveriam votar pela abertura do processo no Conselho de Ética contra o Sr. Eduardo Cunha. E a sua decisão, sem qualquer sustentação jurídica, sem qualquer sustentação legal, foi retaliar, abrindo um processo de *impeachment* contra a Presidenta da República.

Hoje, nesta segunda-feira, Senador Elmano Férrer – nosso conterrâneo, Senador pelo Piauí, mas filho de Lavras da Mangabeira, do Estado do Ceará; eu sou exatamente o inverso: os piauienses mandaram-me para o Ceará e sou Senador pelo nosso Estado, o Estado do Ceará –, portanto, 30 juristas foram hoje ao Palácio do Planalto entregar um parecer mostrando a inexistência de qualquer ato jurídico que justificasse a abertura desse processo.

Nós aprendemos, aqui, no Senado Federal, no Congresso Nacional e nos bancos das nossas faculdades que no sistema presidencialista é necessário haver um fato jurídico, para depois vir o político. Ao contrário, aprendemos que no sistema parlamentarista bastam apenas os fatos políticos, porque, no parlamentarismo, ao se destituir o primeiro-ministro, cai também o parlamento, e são feitas novas eleições.

No sistema federalista, há a eleição direta de um presidente ou presidenta, como é o caso do Brasil, e aqui 54 milhões de pessoas elegeram a Srª Dilma Rousseff para ser presidente do Brasil nos próximos quatro anos. E essas pessoas têm o direito da soberania popular, que deve também ser levada em consideração num processo de *impeachment*. É por isso que os juristas sempre dizem que, no sistema republicano presidencialista, é necessário haver um fato jurídico, para depois vir o político.

Já no sistema parlamentarista, o jurídico é de segundo significado. O que importa é o político. E esses juristas dizem: “Não se pode admitir um atentado dessa gravidade à Constituição, às normas do Direito, às leis brasileiras e ao regime democrático”. O posicionamento de importantes juristas do País é um grito nessa direção. Só um crime de responsabilidade pode retirar um presidente do cargo, e a Presidenta Dilma não tem um ato sequer que possa configurar crime de responsabilidade. É subscrito por Cláudio Pereira de Souza Neto, Doutor em Direito; Marcelo Neves, professor titular de Direito Público da Universidade de Brasília, livre docente pela Universidade da Suíça, Doutor em Direito pela Universidade da Alemanha e Mestre pela Faculdade de Direito do Recife, da Universidade Federal de Pernambuco; Juarez Estevam Xavier Tavares, Subprocurador-Geral da República, aposentado, Pós-Doutor pela Universidade de Frankfurt, na Alemanha, Doutor em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro e professor titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Geraldo Prado, professor de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador no Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Fernanda Lara Tórtima, advogada, mestre em Direito Penal pela Universidade de Frankfurt e professora da Universidade Cândido Mendes; Drª Rosa Maria Cardoso da Cunha, advogada, doutora em Ciência Política pelo Iuperj; Dr. Francisco Queiroz Cavalcanti, doutor em Direito pela Universidade de Lisboa, professor titular da Universidade Federal de Pernambuco e juiz aposentado do Tribunal Regional Federal; Dr. Walber de Moura Agra, doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco e professor de universidade também na Alemanha, diretor do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais, professor da Universidade Federal de Per-

nambuco; Dra Luciana Grassano de Gouveia Mélo, doutora em Direito, professora e ex-diretora da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco; Dr. Gustavo Ferreira Santos, professor da Universidade Federal de Pernambuco e da Unicamp, diretor em Direito Constitucional; Dr. Marcelo Labanca Corrêa de Araújo, doutor em Direito, professor da Unicamp e coordenador do programa de mestrado da Unicamp; Dr. João Paulo Fernandes de Souza Allain Teixeira, doutor em Direito, professor da Universidade Federal de Pernambuco; Dr. Flávio Crocce Caetano, advogado e professor da PUC/São Paulo; Dr. Wadih Nemer Damous Filho, advogado, Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro; Dr. Luiz Carlos Sigmarinha Seixas, advogado, ex-Deputado Federal pelo Distrito Federal, ex-conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Dr. Renato Ferreira Moura Franco, advogado especialista em Direito Penal; Dr. Marthius Sávio Cavalcante Lobato, advogado, professor, doutor e mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília, membro consultor da Comissão Especial da Reforma Política do Conselho Federal da OAB; Dr. Luiz Moreira Gomes Júnior, doutor em Direito, Conselheiro Nacional do Ministério Público, diretor acadêmico e professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito de Contagem;

Dr. Magnus Henry da Silva Marques, advogado, mestrando em Direito pela Universidade de Brasília, pesquisador do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais; Dra Misabel Abreu Machado Derzi, advogada tributarista, ex-Procuradora-Geral do Estado de Minas Gerais e do Município de Belo Horizonte, professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais e Faculdade Milton Campos; Dr. José Geraldo de Sousa Júnior, doutor em Direito pela Universidade de Brasília, professor de Direito, ex-diretor da Faculdade de Direito e ex-reitor da Universidade de Brasília; Dr. Carlos Valder do Nascimento, professor da Universidade Federal do Recôncavo Baiano e da Escola de Magistratura do Trabalho (Amatra), doutor pela Universidade Federal de Pernambuco; Dr. Menelick de Carvalho Neto, professor da Universidade de Brasília, doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, coordenador do Curso do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos da Universidade de Brasília; e um conjunto de outros professores e juristas.

Todos declaram que não há fato jurídico que justifique o pedido de *impeachment*, a não ser a vindicta, a tentativa de vingança do Sr. Eduardo Cunha, porque o Partido dos Trabalhadores resolveu deliberar que votará pela abertura do seu processo de cassação na Câmara dos Deputados. Isso é fruto das 32 contas que ele mantém no exterior, que o Ministério Público do Estado da Suíça identificou e encaminhou ao Governo brasileiro, e aqui foi feita a denúncia pelo Ministério Público, acolhida pelo Supremo Tribunal Federal. É esta pessoa que resolve colocar em situação crítica a economia de um País que é a sétima economia do Planeta, que passa por ajustes fiscais e econômicos, como passam outros países. Mas ele tem a leitura de que, quanto mais sangrar a economia brasileira, quanto mais contribuir com o desemprego do povo brasileiro, quanto mais dificultar o nosso País, mais satisfeito ele se encontra.

Lamentavelmente, ele assumiu a Presidência da Câmara Federal no início de fevereiro 2015, e, nesse período, todas as suas ações são voltadas para desestabilizar a economia brasileira.

Iniciou com a chamada pauta bomba, que o Congresso Nacional, no mês de novembro e neste início do mês de dezembro, resolveu rejeitar e, com isso, evitar um processo muito mais gravoso da nossa economia. Ao mesmo tempo, monta uma agenda para criminalizar a nossa juventude, com a chamada pauta de redução da maioridade penal.

Este Senado, o Senado Federal fez exatamente o contrário. Aprovou por ampla maioria um projeto de lei alterando o Estatuto da Criança e do Adolescente, determinando que essas crianças devem ter no mínimo o seu ensino fundamental, o seu ensino médio e profissionalizante ao deixar o sistema especial de acompanhamento do processo socioeducativo. Nós temos clareza de que precisamos dar e assegurar a essas crianças a sua qualificação, para que, ao deixar o sistema socioeducativo, não sejam vítimas fáceis das organizações criminosas e possam ter uma profissão; e, a partir daí, contribuir para a riqueza nacional e também para o bem-estar da sua família.

Já o Sr. Eduardo Cunha defende e aprovou na Câmara exatamente o contrário. Essas crianças devem ir direto para os presídios, para que ali sejam aperfeiçoadas no crime, na faculdade do crime, que são lamentavelmente os presídios brasileiros, e, amanhã, não terão qualquer possibilidade de recuperação.

Este Senado também aprovou que esses menores que praticarem crimes hediondos serão separados dos outros menores, indo para um sistema especial para que ali não contaminem aquele menor que praticou um crime de menor monta, a exemplo daquele que furtou um par de tênis ou uma jaqueta da moda, porque viu a propaganda nas novelas, e, lamentavelmente, a sua família não pode ofertar aquelas marcas que estão na moda, para que ele possa se sentir bem entre os seus pares.

Este Senado Federal, com a responsabilidade que tem, faz exatamente diferente: resolve criar todo um sistema diferenciado para que essas crianças se recuperem e para que, no dia de amanhã, sejam inseridas no

seio da sociedade brasileira, e não como fez o Sr. Eduardo Cunha, que resolveu reduzir a maioridade penal para que essas crianças seguissem diretamente para o presídio, e, a partir dali, suas famílias recebessem os corpos cravados de balas, como vemos todos os dias nas ruas.

O Brasil tem hoje a terceira maior população carcerária, e matamos todo ano, lamentavelmente, algo em torno de 58 mil pessoas. Não há nenhum País do mundo que tenha uma mortalidade desse patamar.

Este é o debate que o Senado está fazendo, que a sociedade brasileira está fazendo, mas, lamentavelmente, o Sr. Eduardo Cunha resolveu mandar para o exterior propina, para impedir que as instituições brasileiras pudessem identificá-la.

Exatamente por isso, esses 30 juristas, com uma presença muito forte na Academia Brasileira, na formação dos nossos advogados, dos constitucionalistas, resolveram, hoje pela manhã, entregar à Senhora Presidenta um parecer, mostrando que ela não cometeu nenhum crime de responsabilidade.

Essa mulher, que todos nós conhecemos, a Senhora Presidenta da República, é uma pessoa de vida limpa. Ninguém a acusa de qualquer processo de enriquecimento ilícito. Não há qualquer acusação. A sua vida é simples, transparente, e não como a daqueles que agem desta forma, para impedir a posição de um Partido que determinou que os seus pares no Conselho de Ética votassem pela abertura do processo de cassação por decoro parlamentar do Sr. Eduardo Cunha.

Lamentavelmente, muitas pessoas que são comprometidas com o Estado democrático de direito, em face do acirramento político em que vive a América do Sul, a América Latina – esse debate tão intenso está no Chile, na Argentina, no Peru, no Equador, na Venezuela e também no Brasil –, resolvem esquecer o que nós já sofremos ao longo da nossa história, para embarcar nessa maneira fácil de tentar chegar ao poder, ao governo.

Eu sou daqueles que aprenderam que é preferível fazer um forte debate com a nossa sociedade, em torno das nossas ideias. Pela porta larga do voto secreto, democrático e popular, você deve assumir os cargos, as funções, e desempenhá-las nos Municípios, nos Estados e na União.

Nós estamos aqui, Senador Elmano, há 515 anos, desde que os portugueses chegaram ao Brasil. Encontramos nossos irmãozinhos, apropriamo-nos da sua riqueza, tomamos as suas terras e matamos grande parte deles. Ao mesmo tempo, a única preocupação era deixar o Brasil e levar a nossa riqueza para os cofres e o tesouro da coroa dos países europeus daquela época.

Nós somos o único País das Américas a libertar os seus escravos já no final do século XIX e não fizemos a reforma agrária. Colocamos nossos irmãos negros fora da fazenda e não demos a eles qualquer instrumento para que pudessem produzir riqueza para manter sua família.

Somos também um dos últimos países da América do Sul e da América Latina a ter as nossas universidades. A nossa primeira universidade, como todos sabemos, já é do século XX. E, nessa época, a Argentina já fazia a sua primeira reforma universitária.

Quando aqui chegou a Coroa portuguesa, em 1808, 98% da nossa população eram analfabetos – apenas 2% da nossa população tinham algum conhecimento. Aqueles que queriam obter uma graduação tinham que sair do Brasil, porque aqui não havia nenhuma universidade.

Neste País, em pleno final do século XX, início do século XXI, um grande brasileiro, o Betinho, irmão do Henfil, como ficou conhecido, fez uma grande campanha em prol do programa Fome Zero. E esse programa, nos anos 1990, fez parte da plataforma Lula Presidente. Em 2003, ele assume a Presidência da República exatamente com a mensagem: "Quero que meu povo tenha, no mínimo, três refeições por dia." E este País foi o único, nos últimos anos, particularmente no século XXI, a ser excluído do mapa da fome por conta da campanha do Betinho e a sua incorporação no programa do governo Lula.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O meu Ceará, o nosso Ceará termina de publicar dados que demonstram que, nos últimos dez anos, 70% da sua população, que viviam na miséria, no mapa da fome, saíram do mapa da fome.

É por isso que esse Presidente é tão perseguido, que esta Presidenta é tão perseguida. Não pelo que fez de errado, mas pelas coisas que fez de bem. É por isso que aqueles, ontem, que eram donos dos escravos, que não permitiam que a nossa juventude pudesse ter uma vida mais digna, que os mais pobres pudessem ter um prato de comida, não aceitam esse tratamento e estão a serviço do golpe.

Mas as instituições democráticas do Brasil já se posicionaram. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a OAB e um conjunto de 600 entidades nesta semana estão se reunindo exatamente para dizer a esta Nação, que é a quinta população do Planeta, que não podemos aceitar esse golpe.

Nesses 515 anos, somente a Constituição de 1934 trouxe o voto direto, democrático e secreto, mas, por conta da preparação para a Segunda Grande Guerra, em 1937, nós tivemos a ditadura do Estado Novo e não tivemos eleições.

Na Constituição de 1946, após o fim da Segunda Grande Guerra, nós tivemos a primeira eleição geral neste Brasil. Nesse período, que vai de 1946 a 1964, nós tivemos a eleição de Getúlio Vargas, que fez as primeiras grandes mudanças do Brasil: a criação da nossa Petrobras, do BNB (Banco do Nordeste do Brasil), lá no nosso Ceará, no nosso Nordeste, e um conjunto de outras instituições, a fim de permitir que o Brasil pudesse se desenvolver.

E aqueles que fizeram a campanha contra Getúlio Vargas, que o levaram ao suicídio, são os mesmos que fizeram a campanha contra Juscelino Kubitschek. Juscelino é considerado outro grande Presidente, mas Jânio Quadros, em sua campanha para suceder Juscelino, a Campanha da Vassoura, dizia que iria varrer a corrupção do maior ladrão do Brasil. Na época, dizia – se vocês pegarem o jornal *O Dia* e o conjunto de outros impressos da época, está lá escrito – que considerava Juscelino Kubitschek o maior ladrão da humanidade, não só do Brasil. Derrotaram Juscelino. Elegeram Jânio Quadros. Jânio Quadros renuncia à Presidência da República, avaliando que voltaria como ditador. Não conseguiu. Essa mesma “elite”, esses mesmos que defendem hoje o golpe, fizeram tudo para não deixar que João Goulart assumisse o seu mandato.

Brizola, ex-Governador do Rio Grande do Sul, ao lado de uma série de outros democratas, inicia a campanha pela legalidade. João Goulart assume o mandato, intensifica as reformas de base que Juscelino havia iniciado, mas ali passa a ter uma clareza maior. Vem o golpe de Estado de 1964. De 1964 a 1989, perdemos o direito de eleger nossos gestores.

Por meio da Constituinte de 1988, a partir de 1989, conquistamos novamente o direito democrático de eleger nossos gestores, e até de errar na eleição de nossos gestores, mas, em seguida, pudemos consertar. E estamos, agora, em 2015.

Portanto, os golpistas de hoje, quando se analisa os meios de comunicação, que dão sustentação são os mesmos que foram contra Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. É preciso que os democratas do Brasil, e são muitos, que aqueles que acreditam no Estado democrático de direito, e são muitos, reflitam sobre isso, e não apenas em face do momento econômico por que passamos.

Por isso, Sr. Presidente, sou daqueles que acreditam que vamos superar e vamos rejeitar o golpe que se pretende dar, vamos assegurar o Estado democrático de direito e corrigir os passos que a nossa economia precisa tomar. Sou daqueles que aprendem na vida que ninguém é dono da verdade.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – A verdade depende do mundo de informações que temos. E quase todos da minha geração, da geração do Presidente desta sessão, Elmano Férrer, da geração do nosso Prof. Cristovam Buarque, aprendemos, ao longo desse período, que a melhor forma de resolver nossas questões é pelo Estado democrático de direito.

Por isso, sabemos que precisamos fazer ajustes na economia, mas não se justifica um golpe de Estado, como há um conjunto de pessoas, a partir do Sr. Eduardo Cunha, defendendo no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Pimentel, o Sr. Telmário Mota deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a e me somo àqueles que defendem a saída da crise que vivenciamos hoje pelo Estado democrático de direito, colocando acima das divergências, dos entendimentos, a nossa sagrada Constituição Federal.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, do PDT, do Distrito Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Elmano Férrer, Sras e Srs. Senadores, a cada tanto tempo, o Brasil encontra uma saída para os seus problemas. Agora é o *impeachment* ou o não *impeachment*, como se não houvesse mais nenhum, como se tudo se resumisse a quem vai ser Presidente pelos próximos três anos.

Houve um tempo que era fazer estrada, que era a industrialização. Há pouco tempo, o Presidente Lula disse que estava tudo resolvido com o pré-sal. E a gente se frustra. Temo que haverá nova frustração no final desse processo de discussão do *impeachment*.

Se a gente analisar o que vai acontecer no dia seguinte, seja com o *impeachment* da Presidente, seja com o arquivamento do *impeachment*, não dá para ser otimista.

Imaginemos que haja o *impeachment*. O primeiro ponto: de quatro Presidentes eleitos, dois teriam sido cassados. Isso não é bom para a história do Brasil; isso não é bom para a credibilidade do presidencialismo; isso paga um preço, mesmo que a vantagem seja tirar um Presidente que nesses anos tem demonstrado incompetência e descompromisso com o futuro, agindo pensando apenas na próxima eleição. Mas fica uma marca.

Não é só isso. Imaginem: assume o Presidente Itamar Franco. Quantos meses demorará para que se entre com o pedido de *impeachment* contra ele? Afinal de contas, os erros da Presidente Dilma estão ligados aos erros dele também. Ela dava mais a cara, mas ele também, de uma forma ou de outra, estava vinculado. Vai surgir.

Imaginem que o Presidente da Câmara, por uma decisão ou outra, por um descontentamento ou outro, encaminha. Mais uma vez, vamos entrar num período de debate sobre *impeachment* ou não *impeachment*. Outra vez o Fla x Flu, os que estão a favor e os que estão contra, e o Brasil não existindo.

Vamos supor que isso não aconteça, que ele assuma e comece a fazer um bom governo, como fez Itamar. Mas não se esqueçam de que, a partir do primeiro dia, o Partido dos Trabalhadores estará na oposição. O ex-Presidente Lula vai ser o líder dessa oposição, lembrando que no seu governo o salário mínimo chegou a US\$300. Ele não vai dizer que o dólar caiu por culpa do governo que ele elegeu, dizendo que filho de pedreiro entrou na universidade, o que é verdade, não vai dizer que a educação de base não deu o salto que deveria. Imaginem o Partido dos Trabalhadores, liderado por Lula, na oposição a Michel Temer, com todos os problemas que Michel Temer herdará do Governo atual.

Não vão ser anos fáceis, não vão ser anos que a gente possa dizer que as coisas estão indo bem.

E aí, depois de três anos, a gente terá de volta, provavelmente, o Lula, a sua turma, até porque, nesse período, as pessoas vão esquecer as coisas erradas que foram feitas, provavelmente. Eu não vejo ninguém trazendo propostas que entusiasmem o eleitorado.

Então, o que está sendo o fim de um ciclo, o ciclo do PT, mostrando a sua fragilidade, o aparelhamento do Estado, a falta de compromisso com a educação de base, a desorganização completa do aparelho do Estado, da economia, esse fim de ciclo pode ser retomado pela oposição. O que estaria caminhando para um término voltaria. Não pensem que o *impeachment* vai dar um salto no Brasil.

Mas vamos supor que não venha o *impeachment*. Aí a preocupação será grande, porque a gente não apenas vai ter mais três anos de um Governo que está demonstrando que é desastrado. Pior, imaginem o dia seguinte do arquivamento do processo de *impeachment*, a festa com bandeiras vermelhas espalhadas por todo o Brasil dizendo: "Fomos anistiados. Tudo era mentira, tudo que diziam era falso! E o povo [não vão dizer que foi uma comissão da Câmara] nos isentou". Vão pedir inclusive anistia para os presos. Vão dizer que a Operação Lava Jato é uma invenção golpista.

Não será bom o que vai acontecer se o *impeachment* não vier. Também não será bom o que vai acontecer se o *impeachment* vier. E aí, como é que a gente fica? Do ponto de vista do *impeachment*, se vier para o Senado, eu vou me guardar para analisar com muito rigor os argumentos legais, não vou votar politicamente. Eu votei politicamente contra a Dilma, como eleitor. Não sou responsável pelo que ela está fazendo aí. Agora, tirar um Presidente, eu não quero ficar na história como quem fez isso levianamente, cassar Presidente eleito, mesmo que por incompetência, pelo descompromisso, como a gente está vendo, e eu denunciando desde antes, quando mostrava os erros que estavam sendo cometidos e era esnobado, ridicularizado, pela equipe ligada à Presidente. Eu não quero ficar como quem votou para derrubar Presidente eleito, a não ser com argumentos sólidos, legais, não por incompetência. Por incompetência, quem votou nela, quem a colocou lá.

Eu avisei, eu alertei, eu tentei convencer pessoas boas do meu lado de que não era o melhor caminho para o Brasil. Eu vou cuidar de fazer isso quando chegar aqui e ver os argumentos.

Agora, eu não posso achar que a história do Brasil termina quando se votar o *impeachment*, para um lado ou para o outro. Eu quero pensar o *day after*, o dia seguinte, o momento posterior, como eu venho tentando há tempos aqui.

O dia posterior, com Dilma ou sem Dilma, com o *impeachment* colocando Temer ou sem o *impeachment* mantendo Dilma, o Brasil só terá futuro digno, decente, se formos capazes de virar essa página de um governo incompetente, criando um governo competente, capaz de conduzir o Brasil, com a Dilma inclusive, se for decidido que ela continua.

Ela continuar do jeito atual, vão ser três anos destruidores. Quem sabe, ela não aceitaria sugestões e recomendações que já foram feitas. E eu fui um dos Senadores que, apesar de não compartilhar da situação, fui lá, e entregamos uma carta em que dizíamos: "Presidente, diante do Brasil, há três futuros terríveis: o TSE cassar o seu mandato e o do Vice-Presidente; o Senado fazer o *impeachment* do seu mandato; ou, terrível, a continuação do seu Governo como ele está.

Dissemos não, escrevemos e entregamos essa carta para ela. Está entregue, começa assim. E sugeríamos que ela mudasse, já que a gente não ia mudar a ela porque não é o melhor. "Mude a senhora, seja o Itamar da senhora", foi uma frase que foi dita e que não está escrita.

E, para isso, o que era preciso? Primeiro, reconhecer os erros, erros grosseiros, brutais, de mentira na campanha, de baixar a tarifa de luz para aumentar na semana seguinte à posse, de gastar mais do que era possível, quando todos sabiam e foi dito aqui que levaria à inflação, que levaria a déficit, que levaria a desequilíbrio fiscal, parar aquela desoneração irresponsável para diversos setores industriais com o argumento de que aquilo era para enfrentar a crise lá de fora.

Foi dito isto: reconheça os erros e diga que vai ter que continuar porque tem mais três anos e que precisa de todos. Chame a oposição para dialogar e buscar uma proposta. Saia do PT e diga que seu partido é o Brasil.

E não o PT, nem o PDT, nem o PMDB, nenhum partido. Assuma que o partido é o Brasil inteiro, e vamos governar todos juntos.

Mas isso foi em agosto e não serviu de nada, não adiantou nada!

Por isso, eu temo que, não havendo o *impeachment*, haja uma grande festa nacional do Partido dos Trabalhadores, com bandeiras vermelhas, em todas as praças, dizendo "Fomos anistiados. Fomos perdoados. Tudo aquilo era mentira. A Câmara dos Deputados mostrou que nada disso é verdade sobre nós, que a Petrobras está uma maravilha". Essa seria a verdade, que os presos deveriam ser soltos, e a Lava Jato, fechada.

Eu temo que esse seja o caminho se não houver o *impeachment*, mas eu temo que, se houver o *impeachment*, o caminho também não seja bom, se o Temer não for capaz também de trazer um governo de coalizão nacional, como foi o Itamar.

Mas lembrem-se de que, com o Itamar, o PT se negou a participar. A Erundina, que era Deputada do PT, foi convidada para Ministra, aceitou e foi expulsa, e o PT foi para a oposição. Uma oposição virulenta, que pode voltar a fazer, e ressuscitar, pela oposição – o que não vai ser bom para o Brasil se ressuscitar agora. Eu até desejo que o PT ressuscite, mas que leve 20 anos. E ressuscite diferente, com uma nova concepção, com uma nova visão. Agora, é um perigo, mas é o que pode acontecer.

Por isso, Senador Elmano, eu não estou otimista nem um pouquinho, e só precisávamos mesmo de duas coisas neste País, mas a gente não vai ter essas coisas ainda. Duas coisinhas só. Uma é política com credibilidade. Sem isso, a gente não vai fazer mais nada.

Antigamente, a gente precisava de capital para desenvolver. Não precisa mais, porque, com a globalização, se tiver credibilidade, vem dinheiro de fora, dinheiro chega aqui. A gente precisava de um Estado forte para fazer. Não precisa. Se a gente quiser hoje, com a modernização da economia, abrem-se licitações e as estradas surgem, os portos surgem, os aeroportos surgem com o capital privado. Não precisa mais. As coisas ficaram mais fáceis em vez de mais difíceis, mas exigem mais credibilidade, que nós não temos!

Mas, quando eu digo nós, eu digo nós mesmo: nós, o Governo; nós, a Presidente; nós, a oposição; nós, eu; nós, o senhor, Senador Elmano – desculpe-me falar assim. Estamos sem credibilidade neste País. Isso amarra todo o futuro.

Só duas coisas a gente precisa, para ser um grande País: a credibilidade na política e a educação.

Não é por acaso, não é por mania que eu trago a educação de novo. É porque capital dinheiro com credibilidade se consegue. Mas capital conhecimento a gente não importa. Ou a gente começa a colocar capital conhecimento desde que nasçam as criancinhas brasileiras, e elas começem a estudar nas escolas, e elas avancem no estudo, e elas cheguem às universidades, e elas se transformem em grandes pensadores, intelectuais, cientistas, ou a gente não vai ter capital conhecimento. E, sem capital conhecimento, não tem futuro para o Brasil, mesmo com credibilidade. Credibilidade na política e educação na sociedade. A economia vai girar naturalmente depois, automaticamente. Duas coisinhas a gente precisa.

Lamentavelmente, o Fla x Flu entre PSDB e PT está se lixando para as duas coisas. Estão querendo saber agora se vai ter ou não vai ter *impeachment*, em vez de querer saber como depois, com *impeachment* ou sem *impeachment*, a gente vai construir a credibilidade e usá-la para educar o povo brasileiro ao longo de dez, vinte, trinta anos.

Essa é outra coisa rara no Brasil: pensar em dez, vinte, trinta anos. Que maluquice é essa? Um País que não consegue pensar nos trinta meses seguintes! Mas não tem jeito! Não temos futuro se não pensarmos o futuro. Futuro não é três semanas, trinta meses, três anos. Futuro é futuro, trinta anos, vinte anos. Mas nós nos negamos. Nós nos negamos à credibilidade e nos negamos ao futuro, que é a educação. E aí vamos ficar no Fla x Flu. Até quando? Cada vez que há uma votação aqui, ninguém pensa o longo prazo, ninguém pensa a credibilidade. Pensam o imediato, pensam o Fla x Flu, "sou a favor ou contra". Este discurso mesmo – pode ficar certo, Senador Elmano – vai ser criticado por todo mundo, porque as pessoas querem saber o seguinte: "e você vota a favor ou contra o *impeachment*?" Ninguém quer saber de análise, de consideração, de pensar o que vai acontecer.

Por isso, precisa de educação. A ideia de que é "sim" ou "não" é de quem não estuda, não tem educação, não analisa, não pensa, e essa é a maioria hoje da população brasileira, no que se refere à política. A política virou um jogo, e, em jogo, não precisa raciocinar, porque em jogo você tem um time ou tem outro time. Se não, não seria jogo: seria estudo, seria lógica, seria reflexão.

Estamos outra vez no jogo: "sim" ou "não", "impeachment" ou "não impeachment". E sem pensar numa coisa muito maior: como fazer deste um grande Brasil, como fazer do nosso um país com futuro. É isso que tem de falar.

Pensando nisso, a gente reflete: "impeachment" ou "não impeachment", porque tem de decidir. Não adianta ficar em cima do muro na hora do voto, tem que saber "sim" ou "não". Vamos pensar "sim" ou "não", levando em conta não se gosta ou não gosta da Presidente, se gosta ou não gosta do PT, se gosta ou não gosta do PSDB. Não! Vamos levar em conta o interesse nacional.

E aí pensar: primeiro, cassar mandato de presidente não é bom para o futuro nacional; embora possa ser necessário, não é bom. Apenas cassar presidente não é bom, se não tiver algo para colocar no lugar que seja satisfatório. Mas continuar um governo como este que está aí não é bom também.

Vamos ter que pensar muito para saber se há coisas que se anulam uma a outra. Se nenhuma delas for boa, como a gente faz? É preciso encontrar uma quarta opção, que seria uma grande união, um grande consenso, pelo menos para aguentar estes três anos até 2018, quando vamos ter novas eleições, e – quem sabe? – esperar para que, nessa nova eleição, seja possível trazer um projeto novo para este País, projeto que venha com muita credibilidade, para pedir sacrifício e o povo aceitar fazer o sacrifício, porque não há como ter futuro sem sacrifício no presente.

E quem vai pedir sacrifício sem credibilidade? É o caso da CPMF. A CPMF é um sacrifício legítimo, justo, correto, dentro do possível, se eu souber quem vai pegar esse dinheiro e o que vai fazer com ele. Credibilidade. Não se vence a inflação sem credibilidade. O mais fácil é colocar os economistas pensando uma saída. Fácil tecnicamente! Credibilidade é que é importante, até porque precisa pedir sacrifícios no presente para construir o futuro.

Vamos ver se conseguimos aguentar até 2018, construindo, com ou sem o atual Governo, um programa que unifique todos nós, brasileiros, ou pelo menos boa parte deles, no sentido de caminhar na direção que nossas crianças precisam – nossas crianças que não votam pelo impeachment ou contra o impeachment, nossas crianças que nem votam ainda quem vai ser o próximo presidente. Mas é para elas que a gente precisa governar.

Pena que esse debate mais complexo, mais profundo, a gente não esteja fazendo. Em geral não se faz por falta de educação, por falta de capacidade de pensar melhor os argumentos, de ver os dois lados das coisas que estão aí. Nem só dois lados, mas os muitos lados que as coisas têm.

Espero que haja lucidez nesta Casa, mas não só para enfrentar e decidir no presente...

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – ...mas lucidez para imaginar o futuro que nós queremos e, a partir daí, tomar a decisão.

Se chegar aqui o impeachment, vou refletir muito. Não ficarei na história como quem elegeu o Governo Dilma – não votei nela – e não quero ficar como quem derrubou presidente eleito. Ainda mais um em quem não votei – nela, no caso –, porque me parece reação contrária, parece-me querer tirar porque você perdeu. Mas, se for preciso, a gente tem de fazer. O "preciso" são os argumentos legais, não são os argumentos políticos. Usei os argumentos políticos para não votar nela, como eleitor. Na hora de votar aqui para tirá-la, não vão ser argumentos políticos que eu usarei, serão argumentos legais. Esses exigem muito esforço, estudo e análise. Basta ver que alguns juristas dizem "este lado", outros dizem "esse". Se fosse tão simples como somar dois mais dois, não haveria dificuldades. Mas não é: os argumentos jurídicos se contrapõem.

Eu não vou votar com raiva, eu não vou votar com descontentamento; eu vou votar sob argumentos legais, jurídicos, que permitam decidir "vale a pena todo o risco, porque não tem outro jeito, temos de mudar"; ou "não vale a pena, porque não há argumentos para mudar". E aí continuaremos a luta no sentido de construir o futuro de que a gente precisa.

É isso, Senador Elmano. É um período muito difícil para todos nós. Espero que haja aqui a palavra lucidez, a palavra patriotismo, a palavra longo prazo e a palavra confiança. Sem isso, não teremos o futuro que desejamos.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a, ao tempo em que ressalto, com a devida permissão da Casa, que paira sobre os ombros do Congresso Nacional, dos Deputados Federais e dos Senadores, a decisão que deu origem ao discurso de V. Ex^a, a grande decisão!

E também estenderia ao outro poder da República, o Poder Judiciário: que tenhamos sempre em vista maior a nossa Constituição, quer dizer, as leis e o Estado democrático de direito. Confio no equilíbrio dos homens desta República, dos Poderes do Estado brasileiro para que saímos desta crise de forma altaneira, co-

locando os interesses nacionais, os interesses da população do Brasil acima de todas as nossas divergências político-partidárias. E que assim possamos continuar o processo de construção dessa democracia em que estamos há 30 anos.

Permitam-me fazer uma pequena observação: no passado, numa situação como essa, de gravidez, de iminência de uma crise institucional, a Nação dizia: "Tragam as Forças Armadas"; e parece-me que, numa espécie de amadurecimento político, de avanço das instituições democráticas, a gente ainda roga aos céus que a Nação se entenda e busque uma saída democrática à luz do Estado de direito e da nossa Constituição.

Esse é o desejo de todos nós!

Ouvi, em seu pronunciamento, V. Ex^a ressaltar essa probabilidade, essa possibilidade de fazermos isso ainda, para que possamos construir uma nova ordem político-administrativa e de desenvolvimento para o País.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito obrigado, Senador.

Eu espero que, um dia, a gente possa sair do tempo de gravidez para entrar num tempo de gravidez. Gravidez de um futuro, de um País melhor. Basta de gravidez! Vamos buscar a gravidez do nosso País para uma sociedade melhor.

E, quanto aos militares, as pessoas cansam. Se a democracia demorar demais, demais, demais para encontrar um caminho, aparecerão outras opções não democráticas. As pessoas cansam de esperar o processo democrático encontrar o caminho. Daí a nossa obrigação de encontrar esse caminho.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradeço a V. Ex^a, ao tempo em que concedo a palavra ao nosso querido Líder Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, amigos e amigas que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, pelas redes sociais, falar depois do Senador Cristovam é uma tarefa difícil. O Senador Cristovam é um mestre nesta Casa e no País, por tudo o que representa na questão da educação, da cultura. Ficamos aqui instados a caprichar, senão fica complicado.

Sr. Presidente, eu queria, em rápidas palavras, registrar que – até aproveitando o final do discurso do Senador Cristovam, quando disse que às vezes as pessoas cansam e buscam outro tipo de saída – eu acredito na política, Senador Elmano. V. Ex^a também – a sua vida tem demonstrado isso. E eu acredito que, às vezes, onde não há até sinal de grande esperança, é possível construir uma saída – pela competência dos homens e mulheres, pela bênção de Deus, enfim, por uma confluência de ações e do bom senso.

E aqui eu não quero falar hoje do Brasil. O processo no Brasil – acho que algumas pessoas já falaram aqui – ainda está se sedimentando. Os sentimentos ainda não afloraram. Os partidos ainda não se posicionaram. Acho que é um momento de extrema seriedade, que requer serenidade e equilíbrio. Portanto, é muito importante que todos os fatos sejam analisados por todos os ângulos.

Eu quero falar hoje aqui de um outro país que, apesar da turba, apesar da confusão, apesar da pressão, encontrou um rumo de saída através da política e do posicionamento democrático. Eu quero falar aqui hoje da Venezuela, minha vizinha, vizinha do meu Estado de Roraima, um país que tenho acompanhado ao longo dos últimos 27 anos que moro em Roraima. Eu vi a Venezuela submergir em uma crise muito grande, Senador Elmano. A situação da Venezuela é terrível, uma situação de pré-ditadura, uma situação de descontrole, uma situação de pressão, uma situação de desabastecimento, uma situação de descapitalização, uma situação de inflação galopante, tudo isso estampado e fazendo sofrer o povo da Venezuela.

Ontem, esse povo da Venezuela foi às urnas e deu uma demonstração de que, quando há uma conscientização na população, se apontam as saídas. Ontem, na eleição, apesar de toda a pressão do governo, a oposição teve uma vitória esmagadora, uma vitória retumbante – não concluída ainda, porque há 22 cadeiras que ainda estão em processo da apuração. Porém, hoje, com o resultado provisório, faltando essas 22 cadeiras, a oposição já tem 99 Deputados e a situação, um pouco mais de 50. Se, das 22 cadeiras, a oposição tiver 12, a oposição terá maioria qualificada para tomar qualquer tipo de decisão no Congresso. Isso é muito importante, porque esse é o instrumento democrático para se corrigirem os rumos. E é muito importante que o povo da Venezuela possa encontrar uma outra direção, é muito importante que o governo da Venezuela respeite essa eleição, é muito importante que o governo da Venezuela reveja seus posicionamentos e os seus equívocos que têm-se avolumado e se multiplicado.

Eu quero aqui hoje parabenizar o povo venezuelano e registrar que, só com esse resultado da eleição, o Presidente eleito da Argentina, Mauricio Macri, que esteve no Brasil há alguns dias e que tinha anunciado que iria recorrer para afastar a Venezuela do Mercosul, hoje registra que não vai entrar com o pedido de suspensão, porque espera que, com a vitória, com a indicação do povo da Venezuela de um outro caminho, esse caminho

possa ser construído e trilhado coletivamente entre oposição e governo com maturidade política, respeitando a decisão da população.

Um posicionamento parecido com esse foi tomado hoje também pelo governo dos Estados Unidos. O governo americano é taxado pelos seguidores de Maduro como o grande satã, como algo que vive a tentar desestabilizar a Venezuela, numa tentativa de polemizar uma luta que não é do povo americano, que não interessa nem à América do Sul nem à América Latina. O governo americano, hoje, por meio do Secretário John Kerry, disse que os Estados Unidos estão dispostos a apoiar os esforços de entendimento entre os diversos partidos, o governo e a oposição.

Eu faço esse registro, Presidente Elmano, apenas para dizer que há saída para que se construam alternativas democráticas. Aqui o Senador Cristovam falou: "Pode ser que alguns defendam a vinda dos militares, e isso pode, no futuro, virar um caminho". Jamais o caminho será a ditadura, qualquer que seja a cor ou a ideologia da ditadura. Jamais o caminho será o totalitarismo. Os caminhos têm que ser democráticos, mesmo que sejam caminhos traumáticos. Mesmo que sejam caminhos traumáticos, eles têm que rezar na Constituição e têm que estar, sobretudo, sintonizados com a aspiração popular. Aqueles que estão nesta Casa representam os Estados da Federação e o povo do Brasil. Nós temos que nos fazer respeitar e sermos respeitados por essa população que está lá fora.

E, assim como a Venezuela, que é um país muito mais sacrificado do que o Brasil e que pelo menos apontou uma saída democrática, assim como a Argentina, que, alguns dias atrás, construiu uma saída democrática, através do posicionamento das ruas e do voto, eu não tenho dúvidas de que aqui, no nosso País também, até por sermos o País mais forte da América do Sul, o País que tem uma estrutura muito mais moderna, uma estrutura muito mais permanente e consistente, nós temos a obrigação de construir uma saída para o povo brasileiro.

Nós vamos, a partir desta semana, acompanhar as ações da Câmara dos Deputados. Eu entendo que os partidos políticos precisam se posicionar. Eles claramente precisam discutir sem personificar qualquer decisão e precisam constituir uma alternativa viável e institucional para o Brasil.

A cada dia que passa, Senador Elmano, mais brasileiras e brasileiros perdem os seus empregos, mais brasileiras e brasileiros perdem a esperança. Os números da economia, Senador Raimundo Lira, são terríveis e pioram a cada dia. Nós temos que parar essa marcha da insensatez econômica. Nós temos que reverter a expectativa, recuperar a credibilidade do Governo, recuperar a segurança jurídica e trazer de volta as condições que o Brasil tem, como poucos países no mundo têm, para ser atrativo ao investimento internacional e ao investimento nacional.

Eu queria fazer hoje este pequeno pronunciamento, parabenizando a população da Argentina, que construiu uma saída democrática, parabenizando o povo da Venezuela, que construiu ou pelo menos apontou uma alternativa. Isso vai depender muito do posicionamento do governo do Presidente Maduro e vai depender muito também da cobrança e do posicionamento do Governo brasileiro e dos governos dos países que foram o Mercosul e a Unasul junto com a Venezuela. A Venezuela precisa respeitar a decisão democrática da grande maioria da população, que votou com fome, que votou assustada, que votou, enfim, com poucas condições, mas falou mais alto, com coragem e com determinação, em busca de um novo caminho. Então, eu quero saudar o povo venezuelano e dizer que nós do Estado de Roraima ficamos felizes de ver que a Venezuela pode construir uma alternativa que não seja a alternativa de hoje que é a do sofrimento, da desagregação, da violência e da falta do desenvolvimento.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a, ao tempo em que concedo a palavra ao Senador Raimundo Lira, do PMDB, da Paraíba.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, inicialmente, eu gostaria de parabenizar o povo da Venezuela, que votou com independência, com liberdade, para manter, de uma forma viva, a democracia na Venezuela. Foi um evento extremamente importante essa eleição para o Congresso venezuelano, da mesma forma como foram muito importantes as eleições na Argentina, de uma forma livre e independente, o que consolida a democracia em todo o continente latino. Isso é muito importante, Sr. Presidente.

Eu vim aqui, sobretudo, para homenagear um paraibano, um paraibano que fez história não só na Paraíba, mas no Brasil, nos momentos em que o Brasil mais precisava de uma voz, de um artista com profunda sensibilidade social e política. Eu estou falando de Geraldo Vandré, que estará na próxima quarta-feira em João Pessoa, na Paraíba, para receber uma homenagem justa dos paraibanos. Ele completou, há poucos dias, 80 anos de idade e pode ter a consciência tranquila de que desempenhou de uma forma altaneira e importante um papel na construção da história da Paraíba e do Brasil.

Eram essas as considerações que eu queria fazer, Sr. Presidente, neste momento, homenageando este grande paraibano que honra não só a Paraíba, mas o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Eu agradeço a V. Ex^a pelo pronunciamento e, inclusive, associo-me também aos paraibanos na sua homenagem ao Geraldo Vandré, que realmente marcou história no Brasil, principalmente naqueles momentos anteriores e posteriores ao movimento de 1964. Cumprimento V. Ex^a e todo o povo paraibano.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Não havendo mais nenhum orador inscrito, eu declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 29 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
PMDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalírio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Ricardo Franco** (S)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 19**PT-13 / PDT-6**

Acir Gurgacz	PDT / RO
Angela Portela	PT / RR
Cristovam Buarque	PDT / DF
Delcídio do Amaral	PT / MS
Donizeti Nogueira	PT / TO
Fátima Bezerra	PT / RN
Gleisi Hoffmann	PT / PR
Humberto Costa	PT / PE
Jorge Viana	PT / AC
José Pimentel	PT / CE
Lasier Martins	PDT / RS
Lindbergh Farias	PT / RJ
Paulo Paim	PT / RS
Paulo Rocha	PT / PA
Regina Sousa	PT / PI
Reguffe	PDT / DF
Telmário Mota	PDT / RR
Walter Pinheiro	PT / BA
Zeze Perrella	PDT / MG

PMDB - 18

Dário Berger	SC
Edison Lobão	MA
Eunício Oliveira	CE
Garibaldi Alves Filho	RN
Jader Barbalho	PA
José Maranhão	PB
João Alberto Souza	MA
Marta Suplicy	SP
Raimundo Lira	PB
Renan Calheiros	AL
Ricardo Ferraço	ES
Roberto Requião	PR
Romero Jucá	RR
Rose de Freitas	ES
Sandra Braga	AM
Simone Tebet	MS
Valdir Raupp	RO
Waldemir Moka	MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 15**PSDB-11 / DEM-4**

Aécio Neves	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB / SP
Alvaro Dias	PSDB / PR
Antonio Anastasia	PSDB / MG
Ataídes Oliveira	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima	PSDB / PB
Dalírio Beber	PSDB / SC
Davi Alcolumbre	DEM / AP
Flexa Ribeiro	PSDB / PA
José Agripino	DEM / RN
José Serra	PSDB / SP
Paulo Bauer	PSDB / SC
Ricardo Franco	DEM / SE
Ronaldo Caiado	DEM / GO
Tasso Jereissati	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10**PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1**

Antonio Carlos Valadares	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho	PSB / PE
João Capiberibe	PSB / AP
José Medeiros	PPS / MT
Lídice da Mata	PSB / BA
Lúcia Vânia	PSB / GO
Randolfe Rodrigues	REDE / AP
Roberto Rocha	PSB / MA
Romário	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin	PCdoB / AM

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 10**PP-6 / PSD-4**

Ana Amélia	PP / RS
Benedito de Lira	PP / AL
Ciro Nogueira	PP / PI
Gladson Cameli	PP / AC
Hélio José	PSD / DF
Ivo Cassol	PP / RO
Omar Aziz	PSD / AM
Otto Alencar	PSD / BA
Sérgio Petecão	PSD / AC
Wilder Moraes	PP / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9**PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1**

Blairo Maggi	PR / MT
Douglas Cintra	PTB / PE
Eduardo Amorim	PSC / SE
Elmano Férrer	PTB / PI
Fernando Collor	PTB / AL
Magno Malta	PR / ES
Marcelo Crivella	PRB / RJ
Vicentinho Alves	PR / TO
Wellington Fagundes	PR / MT

Bloco de Apoio ao Governo	19
PMDB	18
Bloco Parlamentar da Oposição	15
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	10
Bloco Parlamentar Democracia Progressista	10
Bloco Parlamentar União e Força	9
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
 Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
 Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
 Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)
 Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
 Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
 Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
 Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
 Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
 Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
 Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)
 Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
 Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
 Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)
 Dalírio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
 Dário Berger** (PMDB-SC)
 Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
 Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)
 Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)
 Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)
 Edison Lobão* (PMDB-MA)
 Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
 Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
 Eunício Oliveira* (PMDB-CE)
 Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
 Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
 Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)

Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
 Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)
 Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
 Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
 Hélio José* (Bloco-PSD-DF)
 Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
 Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
 Jader Barbalho* (PMDB-PA)
 João Alberto Souza* (PMDB-MA)
 João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
 Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
 José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
 José Maranhão** (PMDB-PB)
 José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)
 José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
 José Serra** (Bloco-PSDB-SP)
 Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
 Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
 Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
 Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
 Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
 Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)
 Marta Suplicy* (PMDB-SP)
 Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
 Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
 Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
 Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)

Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
 Raimundo Lira* (PMDB-PB)
 Randolph Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
 Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
 Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
 Renan Calheiros* (PMDB-AL)
 Ricardo Ferraço* (PMDB-ES)
 Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE)
 Roberto Requião* (PMDB-PR)
 Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
 Romário** (Bloco-PSB-RJ)
 Romero Jucá* (PMDB-RR)
 Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
 Rose de Freitas** (PMDB-ES)
 Sandra Braga* (PMDB-AM)
 Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
 Simone Tebet** (PMDB-MS)
 Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
 Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
 Valdir Raupp* (PMDB-RO)
 Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
 Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
 Waldemir Moka* (PMDB-MS)
 Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
 Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
 Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
 Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 19</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,24)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,36) Walter Pinheiro (33,38,43) Telmário Mota (4,35,42,52) Regina Sousa (41)</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (22,24)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32,51) Walter Pinheiro (33,38,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,36)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,35,42,52)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (21)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (31) Antonio Anastasia (46)</p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>	<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (11,26)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,25) Vanessa Grazziotin (20,28)</p> <p>Líder do PSB - 7 João Capiberibe (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,25)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (20,28)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (27,29)</p>
<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 10</p> <p>Líder Omar Aziz - PSD (13,54)</p> <p>Vice-Líder Benedito de Lira (16,18,44,53,57)</p> <p>Líder do PP - 6 Benedito de Lira (16,18,44,53,57)</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13,54)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4 Wellington Fagundes (49,55)</p> <p>Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (56)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p>	<p>PMDB - 18</p>
<p>Governo</p> <p>Líder</p> <p>Delcídio do Amaral - PT (48,58,59,60)</p> <p>Vice-Líderes Hélio José (50) Paulo Rocha (32,51) Wellington Fagundes (49,55) Telmário Mota (4,35,42,52)</p>		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
21. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
25. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
29. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015-GSRROD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015-GLDBAG).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015-GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015-GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015-GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
46. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
49. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
52. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
53. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
54. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
55. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
56. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
57. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
58. O senador Delcídio do Amaral está afastado do exercício pelo motivo "Privação de liberdade" no período de 25/11/2015 a 22/12/2015.
59. O senador Delcídio do Amaral está afastado do exercício pelo motivo "Privação de liberdade" no período de 25/11/2015 a 22/12/2015.
60. O senador Delcídio do Amaral está afastado do exercício pelo motivo "Privação de liberdade" no período de 25/11/2015 a 17/12/2015.

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

4) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

Requerimento nº 935, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 01/09/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁸⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	3. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾	4. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾	5. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ^(5,13)
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁷⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹²⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3. Senador Wilder Morais (PP-GO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽⁹⁾
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) ⁽¹⁰⁾

Notas:

*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

**. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

***. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

****. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

*****. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

*****. Em 12.11.2015, foi aprovado o Requerimento nº 1.289, de 2015, que prorroga o prazo final de funcionamento da Comissão para 22.12.2016.

1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).
3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).
4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).
12. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 193/2015-GLPSDB).
13. Em 19.11.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela, que deixa de compor a Comissão (Of. 136/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS

Finalidade: Avaliar toda a PNSB - Política Nacional de Segurança de Barragens, criada pela Lei 12.334/2010, bem como o SNISB - Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, a partir do acidente ocorrido com o rompimento de duas barragens de rejeitos de minérios no município de Mariana/MG e, assim, propor soluções eficazes.

Requerimento nº 1.305, de 2015

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Instalação: 01/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Viana (PT-AC)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	

Notas:

*. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Antonio Anastasia e Ricardo Ferraço para ocupar, respectivamente, os cargos de Presidente e Relator da Comissão.

**. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Fernando Bezerra Coelho, Wilder Morais e Rose de Freitas para compor o Colegiado.

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

9) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

10) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

11) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
 Arnaldo Versiani Leite Soares
 Carlos Caputo Bastos
 Carlos Mário da Silva Velloso
 Edson de Resende Castro
 Fernando Neves da Silva
 Hamilton Carvalhido
 Joelson Costa Dias
 José Antonio Dias Toffoli
 José Eliton de Figueiredo Júnior
 Luciana Müller Chaves
 Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
 Márcio Silva
 Marcus Vinicius Furtado Coelho
 Roberto Monteiro Gurgel Santos
 Raimundo Cezar Britto
 Torquato Lorena Jardim
 Geraldo Agosti Filho
 José Rollemberg Leite Neto
 Walter de Almeida Guilherme
 Roberto Carvalho Velloso
 Henrique Neves da Silva
 Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio César Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimir Vinícius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 06/06/2016

MEMBROS

Caio César Vieira Rocha

Wladimir Vinícius de Moraes Camargos

Alexandre Sidnei Guimarães

Álvaro Melo Filho

Ana Paula Terra

Carlos Eugênio Lopes

Flávio Diz Zveiter

Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira

Luiz Felipe Santoro

Pedro Trengrouse

Roberto de Acioli Roma

Marcos Santos Parente Filho

Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimir Vinícius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Wladimir Vinícius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514

13) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadão e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Mauro Roberto Gomes de Mattos

Ives Gandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Ricardo Vital de Almeida

Leandro Paulsen

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Secretário(a): Donald Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br

14) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

Prazo final prorrogado: 15/03/2016

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggioro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Geraldo Vieira (2)

Enio Paes de Oliveira (1,3)

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.

****. O ato do Presidente nº 42, de 24 de novembro de 2015, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de março de 2016.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).
2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).
3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

15) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL POR ANALISAR O PLC N° 168, DE 2015

Finalidade: Analisar o Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 2015, que disciplina o processo e o julgamento do recurso extraordinário e do recurso especial, que funcionará até a deliberação final da matéria nesta Casa.

Ato do Presidente nº 38, de 2015

PRESIDENTE: Luiz Fux

RELATORA: Tereza Arruda Alvim Wambier

MEMBROS

Luiz Fux

Tereza Arruda Alvim Wambier

Bruno Dantas

José Roberto dos Santos Bedaque

Paulo Cesar Pinheiro Carneiro

Notas:

*. Em 06.11.2015, o Ato do Presidente nº 38, de 2015, foi republicado por incorreções no texto anterior.

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

Prazo final prorrogado: 15/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ^(6,7)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽⁶⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

*****. Em 03.12.2015, foi lido o Requerimento nº 1.394, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão em 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reuniu elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Ofício nº 131/2015-GLDBAG).

7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 132/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 21/09/2015

Prazo final prorrogado: 30/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Maioria (PMDB)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

**. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).
10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033511/10

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3) CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Investigar o assassinato de jovens no Brasil, no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 03/11/2015

Prazo final prorrogado: 14/03/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador José Medeiros (PPS-MT) ⁽³⁾	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽⁶⁾

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

*****. Em 27.10.2015, lido o Requerimento nº 1.213, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 90 dias.

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).

6. Em 06.10.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente, pelo Bloco União e Força (Of. 70/2015-BLUFOR).

7. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508/3514

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

4)CPI DO CARF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾

Leitura: 28/04/2015

Designação: 13/05/2015

Instalação: 19/05/2015

Prazo final: 16/09/2015

Prazo final prorrogado: 18/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(4,6)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(5,7)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 e 55/2015-BLSDEM).

**. Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

***. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB).

****. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB).

*****. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).

*****. Em 03.09.2015, lido o Requerimento nº 1.022, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 18 de dezembro de 2015.

1. Em 19.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICARF).

2. Em 20.05.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB)

3. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 71/2015-GLDBAG)

4. Em 02.06.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 120/2015-GLPSDB).

5. Em 02.06.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 38/2015-GLDEM).

6. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixa de compor a Comissão (Of. 192/2015-GLPSDB).

7. Em 04.11.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a Comissão (Of. 117/2015-GLDEM).

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá
Telefone(s): 33034854/3511
E-mail: coceti@senado.leg.br

5) CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) (1)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (1)	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	
Maoria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (3)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:

- *. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).
- **. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB).
- ***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).
- ****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).
- *****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).
- 1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).
- 2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).
- 3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

6) CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 16/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2. VAGO (9,11)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (1)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	1. Senador Hélio José (PSD-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (8)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (5)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (10)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membro titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br

7)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Mariana/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	1. 2.
Maioria (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	1.

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(10,16)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Reguffe (PDT-DF)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
 Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PSD-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ^(8,14)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PSDB-PR) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. VAGO ^(2,18)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	3. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).

18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 109/2015-GLDEM).

19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
- *. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. VAGO (11)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (11)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
 Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (6)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (12)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2. VAGO (5,8)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (13)	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (9)	2. Senador Romário (PSB-RJ) (9)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalírio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

Fax: 3303 3652

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽²⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
 Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁷⁾	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador José Serra (PSDB-SP) ^(1,12,17)	4. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(26,27)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ^(14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ^(20,21)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ^(18,19)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edíson Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).

6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).

7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).

8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).

9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).

10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).

11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).

13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).

14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).

15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).

16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).

17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).

18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).

19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).

20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).

21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).

22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).

23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).

24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).

25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).

26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO (8)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	3. Senador Zeze Perrella (PDT-MG) (4)
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (11)	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (5)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
 Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferreira (PMDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PSD-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) (3)	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (7)	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15)	1. VAGO (13)
Senador José Agripino (DEM-RN) (12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferreira e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).

12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).

13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Reguffe (PDT-DF)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁷⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
 Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	2. Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES		SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)		
Senador Jorge Viana (PT-AC)		1.
Senador Reguffe (PDT-DF)		2.
Maioria (PMDB)		
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)		1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)		2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)		
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)		1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)		
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)		1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

**. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1.

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES		Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾		
Senador Paulo Paim (PT-RS)		1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)		2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽⁸⁾		3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)		4. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)		5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁴⁾		6.
 Maioria (PMDB)		
Senador Dário Berger (PMDB-SC)		1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PSD-DF)		2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,12)		3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹²⁾		4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹³⁾		5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)		
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(17,18)		1. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹¹⁾		2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾		3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹¹⁾		4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)		2. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)		
Senador Magno Malta (PR-ES)		1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)		2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁵⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of. 64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão (Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PSD-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
- *. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).
- **. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
- ***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).
- ****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾
 Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	5. Senador Hélio José (PSD-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Senador Magno Malta (PR-ES)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMD).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(10,13)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ^(5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
 Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Hélio José (PSD-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹⁸⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(15,16)	4.
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM)
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PSD-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).
 2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RJSF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).
- *. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) (18)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (18)	4. VAGO (1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
 Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,12)	2. Senador Hélio José (PSD-DF) (7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (19,20)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (5,16)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6,13,17)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (9)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (14)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
 Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Notas:	
*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).	
**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).	
***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).	
****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).	
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).	
*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).	
*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).	
1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).	
2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).	
3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).	
4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).	
5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.	
6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).	
7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).	

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506/3321
Fax: 3311-1017
E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ⁽¹⁰⁾	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (13)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO (4)	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT) (7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (9,12)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (2)
Notas:	
*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).	
**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).	
***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).	
****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).	
1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).	
2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).	
3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).	
4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).	
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).	
6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)	
7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)	
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.	
9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD)	
10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).	
11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).	
12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM)	
13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG)	
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).	
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).	
Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda Telefone(s): 61 33031095 E-mail: csf@senado.leg.br	

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
 Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2.

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores João Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995

6^a Eleição Geral: 06/03/2007

2^a Eleição Geral: 30/06/1999

7^a Eleição Geral: 14/07/2009

3^a Eleição Geral: 27/06/2001

8^a Eleição Geral: 26/04/2011

4^a Eleição Geral: 13/03/2003

9^a Eleição Geral: 06/03/2013

5^a Eleição Geral: 23/11/2005

10^a Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO ⁽³⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4.
 Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(4,5)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁵⁾
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽⁵⁾	3. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ^(6,7)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1.
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
	(/)

Atualização: 02/12/2015

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
2. Eleitos na 1^a reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).
4. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
5. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.
6. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.
7. O Senador Dalírio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013
7^a Designação: 26/11/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senadora Lúcia Vânia (GO)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Hélio José (DF)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 26/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾

1^a Designação: 23/03/2010

2^a Designação: 14/03/2011

3^a Designação: 11/03/2013

4^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/10/2015

Notas:

1. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

**6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS
HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA**
(*Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010*)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1^a Designação: 30/11/2010
2^a Designação: 14/03/2011
3^a Designação: 21/03/2012
4^a Designação: 11/03/2013
5^a Designação: 20/05/2014
6^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

VAGO ⁽²⁾

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 12/09/2012

2^a Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Representante da sociedade civil organizada

VAGO

Pesquisador com produção científica relevante

VAGO

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258

Fax: 3303.5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÉA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾

1^a Designação: 22/08/2013

2^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Lindbergh Farias (RJ)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (DF)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

PSOL

Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

1^a Designação: 20/12/2013

2^a Designação: 16/09/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (DF)

PR

Senador Vicentinho Alves (TO)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

VAGO ⁽²⁾

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Eleitos na 1^a Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

1^a Designação: 16/11/1995
2^a Designação: 30/06/1999
3^a Designação: 27/06/2001
4^a Designação: 25/09/2003
5^a Designação: 26/04/2011
6^a Designação: 21/02/2013
7^a Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

1^a Designação: 14/03/2011

2^a Designação: 21/03/2012

3^a Designação: 11/03/2013

4^a Designação: 26/03/2014

5^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Reguffe (DF)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senador Wilder Morais (PP-GO)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):

**16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

DEM

Senador José Agripino (RN)

PCdoB

Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾

PDT

Senador Cristovam Buarque (DF)

PMDB

Senador Jader Barbalho (PA)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

PSB

Senador Roberto Rocha (MA)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PSD

Senador Omar Aziz (AM)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PT

Senador Jorge Viana (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 04/08/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do Projeto de Plano Plurianual: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC (4)
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSB/GO (5)
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Walter Pinheiro - PT/BA (10)
Gleisi Hoffmann - PT/PR (10)	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO (8)
Davi Alcolumbre - DEM/AP (8)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PSB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ (2)
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Airton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Givaldo Carimbão - PROS/AL (11)
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG (6,7)
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO (1)
José Nunes - PSD/BA (9)	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evarir de Melo - PV/ES (3)
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Morais - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evarir de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.
8. Designado o Senador Davi Alcolumbre, que deixa a vaga de suplente, como membro titular, em substituição ao Senador Wilder Morais, em 30-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 110, de 2015, da Liderança do DEM.
9. Designado, como membro titular, o Deputado José Nunes (BA), em substituição ao Deputado Walter Ihoshi, em 28-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 598, de 2015, da Liderança do PSD.
10. Designada, como membro titular, a Senadora Gleisi Hoffmann, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, e, como membro suplente, o Senador Walter Pinheiro, em substituição ao Senador Lindbergh Farias, em 10-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 134, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Givaldo Carimbão, em substituição ao Deputado Valtenir Pereira, em 30-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 312, de 2015, da Liderança do PROS.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I. Transporte	Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
II. Saúde	Deputado João Arruda (PMDB-PR)
III. Educação e Cultura	Deputado Wellington Roberto (PR-PB)
IV. Integração Nacional	Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
V. Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário	Deputado Carlos Henrique Gaguim (PMDB-TO)
VI. Desenvolvimento Urbano	Deputado Caio Nuncio (PSDB-MG)
VII. Turismo	Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
VIII. Ciência e Tecnologia e Comunicações	Deputado Wadson Ribeiro (PCdoB-MG)
IX. Minas e Energia	Deputado Edmar Arruda (PSC-PR)
X. Esporte	Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
XI. Meio Ambiente	Deputada Flávia Morais (PDT-GO)
XII. Fazenda e Planejamento	Deputado Hugo Leal (PROS-RJ)
XIII. Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas	Senador Hélio José (PSD-DF)
XIV. Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Fernando Coutinho (PSB-PE)
XV. Defesa e Justiça	Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
XVI. Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores	Deputado Danilo Forte (PSB-CE)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Genecias Noronha (SD-CE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Câmara dos Deputados	

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Vitor Valim (PMDB)
PR	Deputada Gorete Pereira (PR)
PSD	Deputado Átila Lins (PSD)
PTB	Deputado Nilton Capixaba (PTB)
PSB	Deputado Gonzaga Patriota (PSB)
PP	Deputado Cacá Leão (PP)
PT	Deputado Jorge Solla (PT)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Deputado Zé Geraldo (PT-PA)
Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senador Walter Pinheiro (PT / BA)
PSDB	Senador Paulo Bauer (PSDB / SC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Mauro Lopes (PMDB)
PR	Deputado José Rocha (PR)
PP	Deputado Ricardo Barros (PP)
PT	Deputado Zé Geraldo (PT)
DEM	Deputado Elmar Nascimento (DEM)
PHS	Deputado Marcelo Aro (PHS)
PRB	Deputado César Halum (PRB)
PROS	Deputado Hugo Leal (PROS)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSC	Senador Eduardo Amorim (PSC / SE)
PP	Senador Benedito de Lira (PP / AL)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Hildo Rocha (PMDB)
PT	Deputado Nilto Tatto (PT)
PSB	Deputado Leopoldo Meyer (PSB)
PSDB	Deputado Giuseppe Vecchi (PSDB)
PV	Deputado Evair de Melo (PV)
PCdoB	Deputado Orlando Silva (PCdoB)
PSD	Deputado Jaime Martins (PSD)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)
Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSD	Senador Hélio José (PSD / DF)
DEM	VAGO

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Washington Reis (PMDB)
PMDB	Deputado Lelo Coimbra (PMDB)
PTB	Deputado Luiz Carlos Busato (PTB)
PTB	Deputado Pedro Fernandes (PTB)
PT	Deputado Leo de Brito (PT)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
DEM	Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristina - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC
15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum
Telefone(s): (61) 3303-3534
E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) (6)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Cristovam Buarque (PDT/DF) (7)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) (4)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) (5)

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
7. Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maoria (PMDB)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT ⁽¹⁹⁾	1. Eduardo Amorim - PSC/SE ⁽¹⁴⁾
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Laura Carneiro - PMDB/RJ (17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PMN/MG (16)
Ezequiel Teixeira - SD/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - PPS/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO (9)	1. Rosângela Curado - MA (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)

Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Deputado Sergio Zveiter

Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)

Deputado Sandro Alex (PPS/PR)

Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)

VAGO

SENADO FEDERAL

Senador Romero Jucá (PMDB/RR)

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)

Senador Jorge Viana (PT/AC)

Senador Walter Pinheiro (PT/BA)

Senador Blairo Maggi (PR/MT)

VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
 Maioria (PMDB)	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Mainha - SD/PI (14)
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PSD	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. Pepe Vargas - PT/RS (3,13)
Danrlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT (11)	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PB (6)	6. Jaime Martins - MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO (11)
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)
PSDB, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS (1,12)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - PSOL/RJ
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
2. Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
4. Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
6. Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságua Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)	
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	
Líder da Maioria VAGO	
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	

MESA DO SENADO FEDERAL	
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)	
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)	
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)	
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)	
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)	
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)	
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)	
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO	
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)	
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
 Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
 Fax: 3303-5260
 saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	VAGO ⁽²⁾
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	VAGO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Henrique Eduardo Alves	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 15/07/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
 Telefone(s): 3303-5255
 Fax: 3303-5260
 CCSCN@senado.leg.br

Já sabe pesquisar o diário na Internet? Siga o passo a passo!



Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.

Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.



Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

